



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - MAUS-TRATOS DE ANIMAIS			
EVENTO: Seminário	REUNIÃO Nº: 2202/15	DATA: 26/10/2015	
LOCAL: Câmara Municipal de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais	INÍCIO: 09h59min	TÉRMINO: 13h18min	PÁGINAS: 74

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

EDNA CARDOZO DIAS - Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos dos Animais, da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Minas Gerais.
LUCIANA IMACULADA DE PAULA - Promotora de Justiça e Coordenadora do Grupo Especial de Defesa da Fauna, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
JOEL MOREIRA FILHO - Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.
WELLINGTON MAGALHÃES - Vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.
NATÁLIA COELHO BRAGA - Membro da Comissão de Direitos dos Animais da OAB de Minas Gerais.
JOSÉ GERALDO LASMAR - Médico veterinário.
FLÁVIA QUADROS CAMPOS FERREIRA - Médica veterinária e Presidenta do Instituto Vivendi.
CARLA MARIA SASSI DE MIRANDA - Gerente de Vigilância Ambiental do Município de Conselheiro Lafaiete.
ADRIANA CRISTINA ARAÚJO - Integrante do Movimento Mineiro pelos Direitos dos Animais.
MÁRCIA SALES MONTEIRO - Membro da Comissão de Direitos dos Animais da OAB de Minas Gerais.
GIOVANA FRAGA - Presidenta do Projeto Animais de Rua.
NORALDINO JÚNIOR - Deputado Estadual de Minas Gerais.
VÍTOR CORLEONE MOREIRA - Sargento da Polícia Militar de Meio Ambiente e ambientalista.

SUMÁRIO

Seminário sobre o tema *Estimular a Ampliação do Debate sobre a Conscientização da População sobre a Relevância dos Maus-Tratos aos Animais.*

OBSERVAÇÕES

Evento realizado na Câmara Municipal de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há falha na gravação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Senhoras e senhores, muito bom dia.

Declaro aberto este seminário que pretende *Estimular a Ampliação do Debate sobre a Conscientização da População sobre a Relevância dos Maus-Tratos aos Animais*.

A Sra. Deputada Raquel Muniz, membro desta CPI, é a autora do requerimento que possibilitou este encontro na manhã de hoje. Eu gostaria de convidar S.Exa. para tomar assento à mesa. *(Pausa.)*

Muito obrigado à Deputada Raquel Muniz, que representa a CPI e tem feito um belíssimo trabalho. S.Exa. foi a autora do requerimento de realização deste encontro e tem percorrido o Estado de Minas Gerais, fazendo com que as entidades, as pessoas e principalmente as autoridades entendam a importância do tema por nós discutido.

Quero anunciar a presença aqui também de outras pessoas que estarão conosco durante este seminário. Convido a tomar assento à mesa Sra. Maria do Carmo Ramos, Gerente do Centro de Controle de Zoonoses, de Belo Horizonte. Ela está presente? *(Pausa.)* Eu vou pedir a alguém da organização para tentar localizá-la do lado de fora.

Convido a Sra. Edna Cardozo Dias, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos dos Animais, da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Minas Gerais. *(Pausa.)*

A SRA. EDNA CARDOZO DIAS - Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Bom dia. É um prazer recebê-la.

Dois convidados estão a caminho: o Deputado Estadual Noraldino Júnior, Presidente da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; e a Sra. Luciana Imaculada de Paula, Promotora de Justiça e Coordenadora do Grupo Especial de Defesa da Fauna, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Eu peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Câmara dos Deputados. O tempo concedido aos convidados será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, conforme



previsto no art. 256, § 2º, do Regimento Interno, não podendo haver apartes nesse momento.

Os Deputados interessados em interpelar os palestrantes deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria. Portanto, não será permitido nenhum aparte durante a fala dos palestrantes.

Eu quero agradecer a presença do Vereador Joel Moreira Filho, a quem convido a fazer parte da nossa Mesa. Por favor, Vereador. Seja muito bem-vindo.

(Pausa.)

Também estão sendo convidados a fazer parte da nossa Mesa a Sra. Márcia Sales Monteiro, da Comissão de Direitos dos Animais, da OAB/MG *(pausa)*; o Sr. Lincoln Carvalho, Presidente da Associação SOS Pets *(pausa)*; a Sra. Adriana Cristina Araújo, integrante do Movimento Mineiro pelos Direitos Animais *(pausa)*; a Sra. Giovana Fraga, Presidente do Projeto Animais de Rua *(pausa)*; a Sra. Natalia Coelho Braga, advogada *(pausa)*; o Sr. José Geraldo Lasmar, médico veterinário *(pausa)*; a Sra. Flávia Quadros Campos Ferreira, veterinária *(pausa)*; a Sra. Carla Maria Sássi de Miranda, Gerente de Vigilância Ambiental, da cidade de Conselheiro Lafaiete. *(Pausa.)*

Agradeço ainda a presença de Vitor Corleone Moreira, policial militar e ambientalista; de Samylla Mól, advogada; de Eliana Malta, Diretora da ONG Rockbicho; e de Aline Alves, 1ª Secretária da ONG ALPA, da cidade de Conselheiro Lafaiete.

Muito obrigado aos senhores e às senhoras aqui presentes.

Eu quero iniciar este seminário falando da importância deste encontro. Nós criamos, em Brasília, uma CPI de âmbito nacional justamente por entender a importância deste tema. É uma importância das maiores.

Ao longo deste ano, houve dois temas que tomaram conta daquela Casa. O primeiro deles foi a redução da maioridade penal. Eu fui um dos defensores dessa redução durante 35 anos, nos microfones da *Rádio Itatiaia*, por entender que o crime tem que ser punido independentemente da idade de quem o comete. E assim foi feito com a nossa participação naquela Casa: diminuímos de 18 para 16 anos a idade da maioridade penal.



Outro tema que, segundo pesquisas internas da Câmara Federal, hoje conta com a participação externa, tendo recebido — ouçam bem! — 99,7% dos telefonemas e *e-mails*, é o projeto das armas, cujo relatório está sendo feito por mim. Eu sou o Relator do Projeto de Lei nº 3.722, de 2012, que muda completamente o atual Estatuto do Desarmamento do País. É um tema polêmico, que ocupa mais de 99%, quase 100% de todas as discussões, telefonemas e *e-mails* encaminhados à Câmara Federal.

Outro tema tão palpitante quanto esses outros dois, que ocupa também parcela importantíssima dos interesses da sociedade, são os maus-tratos aos animais. Nós fizemos, ao longo da nossa carreira aqui em Minas Gerais, no rádio e na TV, uma defesa contra os maus-tratos dos animais. *(Pausa.)*

Eu quero convidar o Deputado Leonardo Monteiro, nosso companheiro de lutas e grande defensor da causa dos animais, a compor a Mesa conosco. *(Pausa.)*

Deputado Leonardo Monteiro, eu estava dizendo da importância deste tema na Câmara dos Deputados, Casa de que nós três fazemos parte. É uma discussão que toma corpo a cada dia e a cada hora.

Eu estava dizendo aos senhores aqui presentes que, por mais de 30 anos, na *Rádio Itatiaia*, defendi os animais não apenas como objetos, mas como seres vivos, porque é assim que eles têm que ser defendidos. Eles têm que ser entendidos como seres vivos que têm sentimento, que sofrem dores, que sofrem alegria, que sofrem tristeza.

No mundo conturbado, como este em que vivemos hoje, na maioria das vezes são eles as nossas grandes companhias. Eu até teimo em dizer o seguinte: que os animais são tão boas companhias que, felizmente, eles não usam as palavras para se comunicar. Se eles usassem palavras, estragariam tudo. Eles se manifestam através dos seus sentimentos e dos seus gestos, e por isso têm que ser respeitados.

Eu não posso concordar, por exemplo, que animais sejam vendidos de forma indiscriminada, sejam expostos em locais inidôneos, sejam colocados como mercadorias. Temos que entender também que muitas famílias tiram o seu sustento fazendo transportes com uma carroça puxada por animais. Mas não podemos aceitar que esses animais sofram na pele, no corpo e, vou dizer até mais, na alma as intempéries do sol e da chuva e os maus-tratos que são provocados por aqueles



que deveriam bem tratá-los, já que eles são os seus companheiros na obtenção do sustento de todos os dias.

Então, senhoras e senhores, eu estou aqui para deixar bem claro o nosso posicionamento. Os animais são um dos temas mais procurados na Câmara Federal. Temos que discuti-lo sem paixão, mas com muita responsabilidade, entendendo que — volto a repetir — os animais não são objetos; são seres vivos e merecem o nosso total respeito.

Eu, na qualidade de Vice-Presidente desta Comissão, a Deputada Raquel Muniz, o nosso companheiro Leonardo Monteiro e tantos outros Parlamentares temos percorrido o País em busca da compreensão das pessoas. Não poderia ser diferente na nossa Capital, não poderia ser diferente em Belo Horizonte. Portanto, estamos aqui, senhoras e senhores, para tratar desse tema, e teremos um dia quase inteiro para falar sobre ele.

Gostaria de, neste momento, passar a Presidência à Deputada Raquel Muniz, pedindo desculpas às senhoras e senhores. Como eu vou dar uma entrevista na *Rádio Itatiaia*, agora às 11 horas, preciso me deslocar até lá. Falaremos a respeito da CPI, falaremos a respeito deste encontro que acontece aqui na Câmara Municipal.

Vamos debater exaustivamente o tema, lembrando que os animais são seres vivos com total importância na vida de cada um de nós. Os animais são parte integrante das nossas vidas.

Agradeço aos senhores. Eu retornarei. Está bem?

Sra. Deputada Raquel Muniz, assuma a presidência, por favor.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Bom dia a todos e a todas. Ao assumir esta presidência, gostaria de saudar o querido colega Deputado Leonardo Monteiro, que também é de Minas Gerais, o nosso amigo Vereador Joel Moreira Filho e todos os presentes.

Passo a palavra à Sra. Edna Cardozo Dias, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos dos Animais, da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Minas Gerais.

A SRA. EDNA CARDOZO DIAS - Bom dia a todos. Agradeço ao Deputado Laudívio Carvalho pelo convite e por esta iniciativa, bem como à Deputada Raquel



Muniz e ao Deputado Leonardo Monteiro. Ao Vereador Joel, meu companheiro também na Ordem dos Advogados do Brasil, e a todos os militantes, muito bom dia.

Já que existem outros ativistas que vão falar de nossa realidade, foi-me pedido para expor um breve histórico legislativo, as conquistas que tivemos, a nossa realidade agora e o que precisamos conseguir para aprimorar o trabalho desta Comissão.

Esta CPI é de grande importância para a causa animal, tão importante quanto as leis e a educação ambiental, porque ela tem realmente uma autoridade: os Deputados representam a vontade do povo. Portanto, eu acredito que, a partir deste momento, a nossa realidade vai melhorar e as nossas leis se tornarão efetivas. Isso convocará o povo para exercer a sua cidadania em benefício do progresso e de acordo com a ciência, visando à proteção aos animais.

Por coincidência, eu acho que aqui sou a mais antiga na causa, pois já faz 30 anos que eu estou militando. Primeiro eu fundei uma ONG, a Liga de Prevenção da Crueldade contra o Animal, na época em que o movimento era apenas assistencialista e se constituía de abrigos caritativos, para recolher os animais. Não havia nenhuma política pública de controle populacional, e as protetoras dos animais muitas vezes eram tidas como pessoas neuróticas ou que tinham algum problema mental ou social. O movimento nunca era visto como uma questão de compaixão ou um desejo de progresso da Justiça.

Eu confesso que, quando entrei na faculdade de Direito, tinha na minha cabeça aquele ideal da Revolução Francesa do progresso das leis, da Declaração dos Direitos do Homem. Eu era fascinada com isso. Mas quando vi que o subproletariado mais explorado da terra era realmente os animais, entreguei a minha vida à defesa do ambiente dos animais. E é com muita satisfação que eu vejo que hoje existem mais leis e mais pessoas do que antes.

Nessa época, sob o ponto de vista legal, nós só contávamos com o Decreto nº 24.645, de 1934, de Getúlio Vargas, que enumerava 33 contravenções, que eram crueldades praticadas contra os animais. Porém, quando se procurava a delegacia ou a Justiça, alegavam o seguinte: *“Olha aqui, minha senhora, eu estou muito ocupado. Eu estou com um crime para resolver e não posso ver isso agora”*. Nessa



época, a contravenção era considerada de menor importância e esse crime era relegado, só se olhava o jogo do bicho e o porte de armas.

Eu, então, muito desolada, resolvi dar início a uma educação ambiental, imprimindo folhetos, como era feito na Revolução Francesa. E comecei a divulgar entre as entidades de todo o Brasil e na imprensa a necessidade de se criminalizarem os maus-tratos a animais.

Os animais silvestres, depois de 1967, passaram a ser parcialmente defendidos pela Lei de Proteção à Fauna, que regulamenta os criadouros autorizados e a caça, estabelecendo o que é proibido ou autorizado.

A partir de 1988, a contravenção contra os animais silvestres passou a ser crime.

Desde 1984, eu já trabalhava na criminalização de maus-tratos contra os animais. Essa campanha atingiu todo o Brasil. Porém, só em 1998 a Lei de Crimes Ambientais, no seu art. 32, criminalizou os maus-tratos aos animais, indiferentemente de serem silvestres, domésticos, domesticados ou exóticos.

Antes de 1998, caso se maltratasse um animal doméstico, era contravenção; caso se maltratasse um animal silvestre, era crime. Essa lei de 1998 veio harmonizar a questão penal, que passou a ter grande evolução. Por quê? Porque o animal passou a ser protegido por si mesmo, pelo seu próprio valor, em defesa de sua vida, de sua integridade e de seu sofrimento. Isso significa que o direito de propriedade que uma pessoa tem sobre seu animal está limitado pelo Direito Penal, porque o proprietário de um animal ou aquele que detém a sua posse está proibido de submetê-lo a abusos ou maus-tratos.

Essa lei, entretanto, considera crime praticado contra todas as categorias de animais apenas o abuso e os maus-tratos. Somente matar animais silvestres é considerado crime. No caso dos animais domésticos e exóticos, matá-los será considerado crime se antes a morte for precedida de maus-tratos. Isso também precisa ser melhorado, porque toda vida é sagrada.

Eu considero que a grande conquista da sociedade nesse sentido foi a Constituição brasileira, que incluiu, no Capítulo VI - do Meio Ambiente, um dispositivo que submete o poder público ao dever de editar leis que vedem práticas de crueldade e maus-tratos aos animais. Ela também incumbe ao poder público a



preservação dos habitats dos animais silvestres, para que eles mantenham o seu equilíbrio e tenham o direito à vida e de exercer a liberdade de acordo com sua espécie. Então, a Constituição é um grande marco.

Por que isso é muito importante? Porque a Constituição enumera aqueles direitos fundamentais. Os direitos fundamentais são diferentes dos outros direitos previstos em leis ordinárias, porque constituem cláusula pétrea e porque todos os outros direitos têm que ser deles derivados. Muitas leis devem ainda ser editadas ou aprimoradas, para que isso se cumpra.

Portanto, os animais hoje, independentemente de sua natureza, são titulares de direitos fundamentais.

Não são apenas as leis que vão mudar o paradigma em que nós vivemos. Existe na cabeça das pessoas aquela ideia ainda muito arcaica de Descartes, de que os animais são máquinas, ou da própria religião, pois Santo Agostinho defendia que é natural que as pessoas utilizem aqueles seres inferiores, como plantas ou animais. Isso já vem de Aristóteles, que dizia que o homem que tem as ideias deve dominar aquele que tem a força. Aristóteles era a favor da escravidão — e a escravidão hoje permanece. Não obstante haja tido a libertação dos escravos, hoje existe a escravidão sexista, a escravidão do trabalho e a escravidão dos animais.

Portanto, nós guardamos esses resquícios há milhares de anos. Só o Cristianismo, com a superioridade do homem, tem 2 mil anos. Há, então, esse paradigma da superioridade do ser humano e do direito do ser humano de usar, gozar e dispor de todas as outras criaturas e dos recursos naturais do planeta. Hoje nós vemos, com essa dualidade, o planeta esgotado e os animais ainda escravizados.

Do que nós precisamos para mudar os paradigmas? Precisamos desta CPI da Câmara e da atuação da OAB e de outras entidades de classe. Precisamos também que essa discussão atinja o mundo acadêmico e o mundo científico e que cada vez mais pessoas tragam para a ciência essa ética diferenciada, essa ética da ciência.

Este ano, em Cambridge, houve a declaração de que os animais são seres sencientes. Aqui no Brasil, muitas universidades e faculdades dão aula de Direito dos Animais em seus cursos de pós-graduação. E eu tive a honra de ser a primeira



pessoa do Brasil que escreveu uma tese sobre os direitos dos animais na faculdade de Direito. Hoje há muitos trabalhos e revistas sobre o tema.

Assim, nós todos unidos — Legislativo, Executivo, ativistas, cidadãos e principalmente o mundo acadêmico — faremos com que isso vire uma doutrina e possamos alcançar um grande progresso. Felizmente, hoje há muitos Deputados e Senadores defendendo os animais.

Um grande obstáculo para esse progresso é o nosso Código Civil. Apesar de que a Constituição reconhece que todos os animais têm direitos fundamentais, independente de sua natureza jurídica, o nosso Código Civil hoje estabelece uma dicotomia. Lá estão, para reger as relações jurídicas, as pessoas, que somos nós, e as pessoas jurídicas, comerciais e associações civis; e estão os bens, em que os animais estão incluídos.

Os animais silvestres da nossa fauna nativa são bens públicos, porque a Constituição e a lei da Política Nacional do Meio Ambiente, a Lei nº 6.938, de 1981, diz que eles são bens de uso comum do povo, são bens da Nação e da coletividade. Portanto, eles são impenhoráveis; eles não são passíveis de direitos reais; eles não são passíveis de direito de propriedade, apenas da posse, quando é autorizada; eles não podem ser abatidos ou manejados, a não ser com a autorização do órgão competente.

Enquanto isso, os animais domésticos e exóticos estão hoje incluídos entre os demais bens móveis, sem nenhuma diferenciação. Por isso nós precisamos de mais leis especiais.

Eu acredito que uma matéria de grande importância, hoje tramitando no Congresso Nacional, é o Projeto de Lei nº 351, de 2015, do Senador Anastasia, que vem declarar que os animais não são coisas e que, apenas quando não regidos por leis especiais, poderá ser aplicada a eles as demais leis comuns aos bens móveis. Então, nós precisamos de leis especiais.

Paralelamente, está tramitando na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 6.799, de 2013, do Deputado Ricardo Izar, uma norma da mesma hierarquia, mas separada do Código Civil, que vem dizer que os animais são seres sensíveis; que os animais são sujeitos de direito; que está vedada a crueldade contra os animais; e que os animais não se incluem no art. 82, dos bens móveis.



Quais são os países que já modificaram o seu código civil nesse sentido? A Áustria, a Alemanha e a Suíça fizeram uma modificação no sentido de dizer que os animais não são coisas, não são objetos e que, quando não houver leis especiais, a eles podem ser aplicadas as leis que regem os demais bens.

Nesse sentido, a França foi além, quando, em 2005, modificou sua legislação e declarou que os animais são seres sensíveis, mas que, quando não houver leis especiais, aplicam-se a eles as demais leis dos bens.

Mas nós vemos que existe hoje, devido à indústria, aos hábitos e aos paradigmas adotados, uma grande barreira, quase uma impossibilidade de se retirarem totalmente os animais da categoria de bens móveis. Portanto, nós temos que trabalhar para que existam cada vez mais leis especiais para defender os animais.

Eu acredito que os dois projetos de lei, com as devidas modificações em cada um, para que não colidam, podem ser aprovados: o do Senador Anastasia, se mudarmos a redação original e tirarmos a emenda do Senador Alvaro Dias; e o do Deputado Ricardo Izar, se retirarmos apenas aquilo em que os dois PLs se chocarem.

Apesar disso, eu entendo que dizer que o animal é sujeito de direito ou não é uma questão jurídica. Isso vai depender da nossa repetição e do entendimento da doutrina quanto à natureza jurídica do animal, se ele não é coisa nem pessoa. Então, é um fato legal e depende realmente da lei.

No entanto, mais importante do que o animal ser sujeito de direito é fato de o animal ter os seus direitos reconhecidos. No meu ponto de vista, o animal já é sujeito de direito, uma vez que ele é capaz de adquirir direitos e, por representatividade substitutiva do Ministério Público e da coletividade, já pode ser representado em juízo.

Portanto, essa é uma grande tarefa para esta CPI, que vem ajudar e dar força a todos os anseios dessa militância que já tem mais de 1 século — a primeira entidade foi fundada na Inglaterra, ainda na época da Rainha Vitória. Esta CPI vai fazer toda a diferença, porque ela não apenas acompanha as leis, como também atua e interage com a sociedade. Então, essa vontade política é a nossa esperança, pois sabemos que o nosso mundo está mudando.



Como me pediram para falar, nós da Comissão de Defesa dos Direitos dos Animais trabalhamos exatamente naquilo em que o Estatuto da OAB permite. Nós defendemos a Constituição e o aprimoramento das leis; nós trabalhamos pela defesa de todos os direitos constitucionais e legais e pelo aprimoramento das leis junto com os Deputados; nós fazemos muitas palestras educativas, chamando todos para exercer a sua cidadania.

Nós não tomamos o papel de ninguém, porque no movimento não existem heróis nem estrelas. A vitória só ocorrerá se for todo mundo. Então, nós convocamos todos para se unirem a nós nesse trabalho. Estamos sempre dispostos a esclarecer, na mídia e junto ao público, tudo o que houve sobre os direitos dos animais.

Agradeço a todos os membros da OAB que têm nos ajudado, ao Deputado Joel, que, como Conselheiro muito nos apoia; ao Presidente da OAB-MG, Dr. Luís Cláudio; e ao Conselho Federal, onde agora também temos.

Estamos aqui à sua disposição para tudo o que for preciso e para contribuir com os trabalhos desta Comissão nessa tarefa tão digna e tão altaneira, que visa melhorar a sociedade, a nossa ética pessoal, a nossa ética coletiva, para chegarmos a ser, para sempre, uma nação de paz para todos, inclusive para os animais.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Agradecemos a brilhante participação da Sra. Dra. Edna Cardozo Dias, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos dos Animais da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Minas Gerais.

Aproveitamos para anunciar a presença do Vereador Vilmo Gomes, a quem solicitamos que venha compor a Mesa conosco.

Convido para falar agora a Sra. Luciana Imaculada de Paula, Promotora de Justiça e Coordenadora do Grupo Especial de Defesa da Fauna, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

A SRA. LUCIANA IMACULADA DE PAULA - Bom dia a todos. Eu gostaria de agradecer ao Deputado Leonardo Monteiro e à Deputada Raquel Muniz pela oportunidade de participar desta ocasião tão especial para o movimento de defesa da fauna.



Cumprimento todos os presentes, na pessoa da Dra. Edna Cardozo Dias, que é professora de todos nós e autora de uma das obras de leitura sobre defesa da fauna mais pioneiras, quiçá das mais interessantes. Cumprimento também o movimento de proteção animal, na pessoa da Flávia, da Adriana e da Carla, sempre presentes e muito atuantes, sempre nos ensinando a agir de forma compassiva com os animais e nos dando, de certa maneira, até mais força para prosseguir nessa tarefa que tem sido tão árdua.

Eu não posso deixar aqui de louvar a iniciativa da Câmara com esta CPI inédita. Creio que os trabalhos vão caminhar para aquilo que todos nós, que trabalhamos diuturna e exclusivamente com a defesa da fauna, já sabemos.

Existe muita crueldade institucionalizada. Embora a nossa legislação seja intolerante com a crueldade aos animais, hoje nós verificamos que existe um discurso especista inclusive dos órgãos públicos que atuam na defesa da fauna, que agem seletivamente. Parece-me, olhando para a realidade, que as leis e inclusive a própria Constituição, que tem um dispositivo específico que proíbe a crueldade com os animais, valem apenas para algumas espécies de animais.

Quando falamos aqui de animais silvestres, todos nós compreendemos a atuação do Estado em favor deles, ainda que de forma precária. No caso dos animais silvestres, nós nos lembramos sempre das funções ecossistêmicas que eles realizam e que favorecem o homem certa forma. Quando nós pensamos nos pássaros, nós nos lembramos das funções que eles exercem.

Hoje também existe um movimento muito organizado em defesa dos animais domésticos cães e gatos. Eu entendo isso, e o movimento também entende, porque eles são animais muito próximos de nós. As pessoas estão cada vez mais reunidas com as famílias e cada vez menos conectadas umas com as outras. Elas trazem esses animais para dentro de suas casas e os transformam em destino da sua estima e do seu afeto.

Portanto, qualquer crueldade contra esses animais é insuportável para a sociedade. Um vídeo de alguém maltratando um filhote de cão ou um gatinho gera milhões de acessos, milhões de pessoas comentam sobre ele em poucos dias.

No entanto, nós também observamos que há um paradoxo com relação a outros animais domésticos. Por exemplo, os rodeios, que são objeto da CPI, levam



milhões de pessoas às arenas, para observar insensivelmente alguém maltratando animais domésticos. Por que um cão tem que valer mais que um boi? Por que o cão não pode ser maltratado, mas o boi pode?

Quando eu li as notas taquigráficas da CPI e procurei me informar a respeito do seu objeto, vi que foi gerada alguma repercussão e alguma celeuma no momento em que foi proposta a inclusão dos maus-tratos nos rodeios. Alguns chegaram a dizer: “*Não, não existe maus-tratos!*” E hoje, no Ministério Público, existe o consenso de que os maus-tratos nos rodeios são ínsitos à atividade. Se fosse de outro modo, se o animal não estivesse sofrendo algum tipo de agressão física e psicológica, provavelmente ele não desenvolveria — como naturalmente não o vemos desenvolver — aqueles comportamentos agressivos e antinaturais que observamos na arena.

Como o nosso Estado é rural, nós, quando viajamos, vemos muitas pastagens com os bovinos placidamente pastando, alguns deitados quando conseguem achar uma árvore. Mas não vemos nenhum boi pulando ou corcoveando da forma como eles fazem nos rodeios. Então, eles têm, sim, um estímulo doloroso, para pular daquele modo.

Então, Deputados, a Dra. Edna já fez aqui um cenário perfeito das nossas normas, e o Ministério Público atua do mesmo modo que a OAB. Nós trabalhamos com aquilo que está previsto na legislação. Embora, pessoalmente, nós possamos ter um entendimento filosófico talvez um pouco mais avançado ou talvez um pouco mais atrasado do que aquilo que a norma prevê, nós trabalhamos com a legislação posta. E é essa a contribuição que eu gostaria de trazer para esta CPI. O Promotor de Justiça, e talvez o Ministério Público, seja a entidade que mais valoriza a atuação legiferante. Nós trabalhamos diuturnamente com aquilo que os senhores produzem, e defendemos as leis, é o nosso trabalho. E nesse dia a dia, nós percebemos algumas brechas na legislação protetiva em favor dos animais.

Um primeiro registro que eu gostaria de fazer é que, quando nós analisamos essa legislação, nós não observamos uma coerência filosófica, histórica ou conceitual. As leis episodicamente e circunstancialmente coexistem. A norma mais avançada que nós temos foi publicada em 1934, e ela já indicava o Ministério Público como representante dos animais em juízo. Então, a nossa atuação e a



nossa vocação para defesa dos animais são muito antigas. Depois, nós temos a Lei de Crimes Ambientais e a Constituição em 1988, que estabeleceu a vedação à crueldade mais uma vez.

Enfim, com relação ao objeto desta CPI, são três: verificar as condições de funcionamento dos CCZs; tráfico de animais silvestres; e rodeios. Com relação aos rodeios, eu já expus aqui uma parte do pensamento do Ministério Público. Hoje, existe uma posição, que é a posição do Grupo Especial de Defesa da Fauna, dentro do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, que é de combate a essas práticas, qualquer tipo de atividade de entretenimento que use os animais de uma forma indevida.

A própria Declaração Universal de Defesa dos Animais já veda, já tem um dispositivo, um princípio de que não é lícito a ninguém utilizar os animais para o seu divertimento. Hoje, nós temos uma lei federal, nós temos uma lei estadual que regulamenta uma atividade que maltrata absurdamente os animais. Então, o Ministério Público se coloca veementemente contra essa prática. O primeiro argumento que se coloca, depois de estabelecido isso, é que o rodeio traz em si mesmo maus-tratos, independentemente de qualquer técnica de manejo de que se utilize. Utilizando ou não o sedém, utilizando ou não espora bojuda, existem maus-tratos.

A segunda questão que se colocaria é com relação à manifestação cultural, é o que se coloca. O Supremo Tribunal Federal, no passado, já teve oportunidade de avaliar uma questão semelhante, que foi a questão da Farra do Boi, em Santa Catarina, e o argumento foi justamente esse. Existe manifestação cultural? Existe crueldade? A resposta foi positiva para ambas as perguntas. Sim, existe manifestação cultural, e existe crueldade. O que se definiu na época é exatamente que a crueldade não pode ser esquecida diante de uma manifestação cultural. Em uma avaliação e em uma valoração desses princípios, duplamente previstos na Constituição, prevaleceu o entendimento do Supremo Tribunal Federal com relação à vedação à crueldade aos animais. Então, nós já tivemos oportunidade de avaliar.

Dentro do Ministério Público, nós temos também uma atuação especializada e muito forte com relação ao patrimônio cultural. Isso já tem uma definição. Nada que constitui crime — e no caso maltratar animal é crime — pode integrar o patrimônio



cultural de um povo. Então, nós entendemos que rodeio pode ser até manifestação cultural, mas ele não pode se integrar ao patrimônio cultural de uma nação, de uma região, porque ele constitui um crime tipificado na nossa lei vigente, que é a Lei de Crimes Ambientais.

Então, Deputados, os senhores terão oportunidade de avaliar em outros locais pareceres técnicos, mas, em Minas Gerais, o nosso entendimento, dentro do Ministério Público, é que os rodeios constituem, sim, assim como as vaquejadas, puxada de cavalos, farra do boi, maus-tratos, independentemente de qualquer técnica de manejo que se adote. Então, essa seria a nossa primeira posição.

Com relação ao tráfico de animais, eu sugeriria aos Deputados, como um encaminhamento da CPI, a criação de um tipo penal para combate ao tráfico de animais. Hoje, na realidade, nós não temos um crime que seja o de traficar animais. Nós temos tipificação legal de um crime — eu não me lembro de qual é o artigo —, que é o de traficar pele de anfíbios. No caso de animais vivos, então, não existe previsão de crime.

Hoje, por exemplo, uma senhora que tem uma maritaca na sua cozinha recebe a mesma pena, em abstrato, daquele que faz do tráfico de animais, do comércio ilegal de animais, o seu meio de vida. Então, é muito necessário que seja criado um tipo penal específico para combate ao tráfico de animais e, mais, para combate ao tráfico internacional, com uma tipificação mais severa. Aqui no Aeroporto de Confins, se a pessoa for pega com 20 ou 200 filhotes escondidos, em abstrato, vai receber a mesma pena daquele senhorzinho que tem um trinca-ferro ali na porta da sua cozinha.

A tipificação desse crime é uma necessidade, porque hoje o Brasil é um grande exportador ilegal de biodiversidade. E a vergonha é ainda maior para nós, porque Minas Gerais é considerado o Estado que mais trafica animais. Isso foi divulgado há pouco tempo, há alguns meses, na imprensa nacional. Não sei se é porque é preciso uma atuação maior do IBAMA aqui, mas o fato é que Minas Gerais é o Estado que mais contribui para o tráfico internacional de animais no Brasil hoje.

Nós precisamos ter dispositivos. O Ministério Público fica de pés e mãos atadas para atuar de forma mais rigorosa, devido à falta de um tipo penal específico para tráfico de animais e tráfico internacional de animais.



Com relação à situação do Centro de Controle de Zoonoses, que é objeto da CPI, o Ministério Público tem se preocupado — esta talvez seja a questão mais importante de atuação do Grupo Especial de Defesa da Fauna — com o controle populacional ético de cães e gatos. Os animais estão nas nossas ruas. Nós nos preocupamos muito com a questão do bem-estar animal, mas também nos preocupamos com os agravos causados pelos animais à população, que são muito sentidos, como a poluição sonora, a sujeira que os animais causam nas ruas e as zoonoses que podem advir desse contato. E o Ministério Público tem atuado de uma forma muito firme junto aos Municípios, estimulando-os a adotar políticas públicas de manejo populacional ético.

Nós precisamos evoluir muito! O Fundo Especial do Ministério Público financiou um projeto do Grupo Especial de Defesa da Fauna — GEDEF para a elaboração do diagnóstico dos 48 maiores Municípios mineiros acerca dessas políticas públicas, e o resultado não me surpreende: a maioria dos Municípios não tem uma política pública séria. A maioria dos Municípios ou tem um remendo, algum paliativo, ou não faz simplesmente nada. Outros fazem pior ainda: continuam exterminando animais como forma de controle populacional.

Isso parece uma coisa antiga, mas, quando eu me mudei para Formiga, 8 anos atrás, a técnica de manejo populacional ético utilizada ali era o eletrochoque. Os animais eram eletrocutados dentro de uma gaiola de arame. E essa prática só cessou porque o funcionário público que era contratado para fazer esse serviço morreu junto com um cachorro. Então, quando um ser humano sofreu esse tipo de agravo também, a Prefeitura achou que era a hora de parar.

Portanto, senhores, nós precisamos muito evoluir na questão da defesa dos animais. O Ministério Público está atento. Hoje nós temos o Grupo Especial de Defesa da Fauna, que procura repetir experiências que o Ministério Público tem em outras áreas de defesa do meio ambiente, como as Promotorias de Defesa das Bacias Hidrográficas, que foram uma experiência inédita no Brasil, e as Coordenadorias Regionais.

Nós temos a Coordenadoria do Patrimônio Cultural, a Coordenadoria de Habitação e Urbanismo e, agora, o Grupo Especial de Defesa da Fauna, que presta apoio aos promotores. Nós não somos órgão de execução, não atuamos em casos



específicos. Nós apoiamos os promotores, fomentamos a ação de defesa da fauna internamente, apoiando a ação dos promotores e também através do contato com outros órgãos públicos. O Ministério Público busca apoiar ou incrementar essa atuação, evitando uma atuação genérica e pouco especializada. Por isso foi criado esse Grupo Especial de Defesa da Fauna.

Então — encerrando a minha fala —, procurei trazer, nesta breve exposição, algumas questões que nós verificamos dentro da legislação que dificultam a nossa atuação mais profícua em defesa dos animais.

Gostaria, mais uma vez, Deputado Leonardo Monteiro, de cumprimentá-lo pela iniciativa e de agradecer pela oportunidade de estar aqui com todos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Nós agradecemos a importante contribuição da Sra. Luciana Imaculada de Paula, Promotora de Justiça e Coordenadora do Grupo Especial de Defesa da Fauna, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Lembro aos presentes que, no dia 10 de novembro, a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os fatos determinados como maus-tratos de animais estará discutindo a questão dos rodeios. Então, vocês podem acompanhar esse importante debate pela *TV Câmara* ou pessoalmente — são nossos convidados.

Passo a palavra agora ao nobre colega Deputado Leonardo Monteiro, integrante desta CPI e também autor do requerimento que propiciou a promoção deste Seminário em Belo Horizonte.

O SR. DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO - Cumprimento a Deputada Raquel Muniz, que está presidindo a nossa reunião de audiência pública em Minas Gerais, em Belo Horizonte, na Câmara Municipal da nossa Capital, e as demais autoridades aqui presentes. Saúdo também o Deputado Laudívio Carvalho, Vice-Presidente da nossa CPI, que teve que sair.

Primeiro, digo que — vocês estão acompanhando — nós temos hoje várias CPIs na Câmara dos Deputados, e cada um dá um nível de importância à CPI em que atua e aos temas que prioriza. Para nós, esta CPI, que apura maus-tratos aos animais, é muito importante.



Algumas pessoas são militantes há mais tempo. Eu prestei muita atenção à fala da Dra. Edna e, agora, à da Dra. Luciana. Sabemos que, em outras cidades, em outros Estados, há grupos de militantes, mas o tema, em tese, é pouco discutido. Do ponto de vista do debate, da discussão, é um tema novo. Como nós vimos, há algumas dificuldades com a legislação.

Eu tenho a impressão de que a nossa CPI pode ter um papel muito importante, do ponto de vista da publicidade, da divulgação. Eu acho que é necessário trabalhar uma mudança de comportamento, com a conscientização de que os animais também são seres, na maioria seres domésticos, mas também seres silvestres, com os quais, às vezes, o homem tem uma relação muito próxima, e de que fazem parte desse ecossistema em que nós vivemos. Cada um tem uma importância no meio ambiente em que nós vivemos.

Só um parêntese: há alguns anos, os ambientalistas, as pessoas que defendiam o meio ambiente, eram considerados idealistas, uma coisa exótica, não sei o quê. Nós estamos vendo agora que, se não cuidarmos das nascentes, se não combatermos as queimadas, se não cuidarmos dos topos de morro, se não cuidarmos desse meio ambiente... Nós estamos com um problema sério de água. Eu vivo numa região em que cidades inteiras estão ficando sem água. E região que tinha rios há pouco tempo, rios grandes. Estão vendo a situação do Rio São Francisco, do Rio Doce, do Rio Jequitinhonha, os maiores rios de Minas Gerais? Estão agonizando, morrendo.

Assim eu vejo a questão dos animais. E eu acho que esta CPI pode ter um papel muito importante. Como é uma CPI da Câmara dos Deputados, que tem suas audiências divulgadas pela televisão, tanto pela *TV Câmara* em cadeia fechada, como por outros meios de comunicação, nós estamos tendo, então, esta oportunidade de sair, de vir aqui a Belo Horizonte, de ir a Montes Claros, de ir a Valadares, de ir a São Paulo, de ir ao Pará, e eu acho que isso é uma contribuição importante para irmos nos conscientizando desta causa, convencendo adeptos e mudando comportamentos.

No interior, por exemplo, gosta-se muito do rodeio. Como é que vamos trabalhar essa questão para as pessoas se desmotivarem quando à questão da



promoção do rodeio? Nas cidades pequenas, nos distritos, a sensação da festa do aniversário da cidade, às vezes, é a realização do rodeio.

Então, nós temos que começar a trabalhar outras alternativas. Igualmente ao rodeio é a vaquejada, foi a questão da briga de galo, dos galos combatentes, e há também o hábito de criar o passarinho na gaiola.

Eu acho que temos que insistir na divulgação, na conscientização e na mudança do hábito das pessoas, além de trabalhar a questão da punição. Ao mesmo tempo em se conscientiza, tem que haver também formas de punição, leis que possam tipificar o crime, criar instrumentos e ferramentas para isso.

Quanto à questão dos animais domésticos, sobretudo gatos e cachorros, que, às vezes, é um problema nas cidades, é preciso trabalhar junto com os governos municipais para haver controle. Sabemos que vários Municípios têm a tradição de ter setores que maltratam os animais de forma muito cruel.

Lembro-me de quando eu era Vereador em Valadares, uma cidade em que no meu tempo de criança o táxi era a charrete. Meu pai, por exemplo, morava num distrito e, quando chegava à cidade, pegava uma charrete e rodava o dia inteiro, fazendo compras e tal. Ele era um comerciante no distrito, e o táxi era a charrete. Hoje, ainda é um grande instrumento de trabalho na cidade a carroça. Quando eu era Vereador, o grande problema é que o Prefeito — de fato, alguns carroceiros eram relapsos mesmo, deixavam o animal solto, e ia para a rua — pegava o animal, jogava-o num curral, e os animais ficavam ali dias praticamente sem comer. Era uma crueldade o tratamento dado aos animais.

Nós chegamos a criar na época uma lei municipal em parceria com os carroceiros. Fizemos um trabalho de conscientização, criamos a Associação dos Carroceiros e conseguimos instituir pastos, locais para soltar os animais em algumas regiões da cidade, naquelas regiões em que detectávamos que havia um foco maior de carroceiros, normalmente na periferia. Às vezes, havia uma área do próprio Município, e nós convencíamos o poder público a fechar e fazer um pasto ali para os carroceiros soltarem os animais, ou conseguíamos cessão de área.

O fato é que fizemos um trabalho interessante e conseguimos tirar os animais das ruas, sem fazer o tratamento cruel de colocá-los num curral e deixá-los ali sem alimentação e, às vezes, até sem tomar água. O carroceiro para tirar o animal tinha



que pagar uma taxa, a taxa era muito alta, ele não tinha condições de pagar, e o animal ia ficando ali, às vezes, até morrer.

Então, reafirmando, podemos ter uma função importante de produzir um relatório — essa é a nossa função —, um documentário baseado no que nós estamos fazendo aqui, ouvindo pessoas que são envolvidas, que têm experiência, que são militantes da causa há muitos anos, como vimos aqui a Dra. Edna e outras pessoas, para que isso tudo possa nos subsidiar também com propostas de novos projetos de lei.

Agora, eu escutei a Dra. Luciana fazendo a proposta da tipificação do crime. Então, essa é a proposta da CPI, que possamos melhorar a nossa legislação, fazer um trabalho de conscientização e também, se for necessário, punir aqueles que têm que ser punidos. A minha expectativa é que nós possamos aproveitar este momento de várias CPIs na Câmara. Há, como diz o ditado popular, até um excesso de CPIs, mas que esta CPI de Maus-Tratos de Animais possa ser oportuna para aprofundarmos esse debate, aprendermos mais, conscientizarmo-nos e trabalharmos para conscientizar as pessoas de que nós podemos viver melhor, tanto nós seres humanos, quanto os seres considerados animais, os domésticos, os silvestres, para termos um meio ambiente mais razoável para sobrevivermos.

Essa é a minha expectativa. Agradeço a oportunidade. Espero que nós possamos ter um dia bem proveitoso aqui em Belo Horizonte, aqui em Minas Gerais.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Agradeço a participação do Deputado Leonardo Monteiro, que acabou de fazer essa reflexão para todos nós. Quero dizer que a sua presença na nossa CPI é muito importante.

Verdadeiramente o papel desta CPI vai ser mudar conceitos. Com a vontade de criar esta CPI na Câmara, nós procuramos o nosso Presidente e fomos com ele, junto com o hoje nosso Relator e Presidente da Comissão, Deputado Ricardo Tripoli e Deputado Ricardo Izar, a São Paulo. Levamos o Presidente a uma entidade centenária que recebe os animais vítimas de maus-tratos com álbuns, fotografias, enfim, com os animais lá presentes sendo cuidados por essa importante instituição. Discutimos com ele também a questão da criminalização dos homens com relação aos crimes cometidos contra os animais. Mais do que isso, são homens que às vezes agredem também as mulheres, vitimando os animais que são dessas



mulheres. Na minha cidade, houve um exemplo disso: o marido brigou com a mulher, e a forma de agredi-la foi pegar o seu cãozinho com menos de 1 ano e empurrá-lo na parede.

Então, nós conseguimos sensibilizá-lo, e a Câmara dos Deputados trabalhou muito no primeiro semestre. O Deputado Leonardo Monteiro é testemunha disso também e quem acompanhou o trabalho da Câmara no primeiro semestre. Aproveitando, assim, aquele afã do Brasil todo com relação à segurança e às leis, nós conseguimos criminalizar e votar com certa rapidez os crimes cometidos contra os animais, tentando maltratar as pessoas também.

Quero agradecer aqui também a presença ilustre do Presidente desta Casa, Vereador Wellington Magalhães, que esteve conosco na Câmara Federal, levando a comemoração do seu partido, o PTN, junto com a nossa colega, Deputada Renata Abreu, de São Paulo. É uma alegria V.Exa. estar aqui conosco também. É sinal de que esta Casa estará imbuída nessa discussão.

Na Assembleia, nós temos o Deputado Noraldino, do meu partido, o PSC, que criou também uma importante Comissão, inédita, naquela Casa, para discutir os maus-tratos aos animais.

Quero passar a palavra ao nosso Vereador, nosso amigo, Joel Moreira, grande Vereador, que nos vai ajudar muito junto com o nosso 1º Vice-Presidente desta Comissão, que teve que se ausentar — ele estava presidindo —, o nosso querido Deputado Federal Laudívio Carvalho. Agora, vamos ouvir o nosso Vereador Joel Moreira.

O SR. JOEL MOREIRA FILHO - Sra. Presidente dos trabalhos Raquel Muniz, eu peço licença para passar a palavra ao nosso Presidente da Casa, que está atendendo as questões institucionais da Câmara e vai saudar a Comissão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Claro, com a palavra então o nosso Presidente Wellington Magalhães.

O SR. WELLINGTON MAGALHÃES - Bom dia a todos! É com o maior prazer que a Câmara de Belo Horizonte recebe vocês, e acho que esta é uma bandeira muito importante. Uma das coisas importantes também é que nós temos uma discussão muito ampla aqui na Câmara Municipal sobre os animais de circo. Isso é muito importante. Eu acho que a Câmara Municipal está junto com vocês naquilo



que precisarem. Eu acho que o Joel está aqui compondo esta Mesa, representando a Câmara Municipal, que está muito bem representada, e ele pode ter uma participação diretamente com vocês.

Então, eu agradeço essa vinda de vocês aqui e cumprimento toda a Mesa, a Deputada Raquel Muniz, os Deputados Leonardo Monteiro e Laudivio Carvalho, que estava aqui e teve de sair, e dizer que esta Casa é uma extensão de vocês. Fiquem muito à vontade, no que precisarem podem me comunicar através do Joel, no que for preciso para estender o assunto em outras reuniões, porque isso é muito importante. Nós podemos fazer até um seminário aqui junto com a CPI, porque é muito importante este assunto nesta Casa. Esta discussão é muito ampla, sempre tivemos essa discussão aqui dentro da Câmara.

Eu agradeço a vocês. Sejam muito bem-vindos. Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Agradecemos ao nosso Presidente, Vereador Wellington Magalhães, e ficamos felizes de saber que esta Casa estará aberta para este importante debate. Quero até anunciar aqui, em primeira mão, que lá na Câmara Federal as CPIs têm data para iniciar e para terminar. E há um apelo da Presidência e dos Deputados que a compõem, do nosso Presidente Eduardo Cunha, que está sensível a isso, porque ele acompanhou pessoalmente o início, o nascedouro desta CPI lá em São Paulo. E com esse tema nós estamos indo de norte a sul, leste a oeste do País.

Recentemente estivemos no Pará para acompanhar aquele naufrágio dos 5 mil bois. Eu estive pessoalmente lá, eu que sou de uma região da seca do Rio São Francisco, acostumada com o rio minguado, e vi lá um rio enorme, que parece para nós um mar e o rio com os detritos da putrefação dos animais, e a população sem saber o que fazer com esses 5 mil animais, se enterrava em cova rasa, se contratava uma empresa que estava superfaturando para fazer a incineração desses animais, enfim, um desastre ecológico lá, acompanhado de outros desastres. Como bem disse o Deputado Leonardo Monteiro, chegamos lá e vimos que era o óleo do navio, indústrias que estão instaladas lá contaminando o rio com cádmio.

Então, nós não conseguimos verificar só um item desta CPI. Ainda bem que fomos lá junto com outra Comissão da Câmara Federal para que pudesse nos ajudar, a Comissão de Meio Ambiente.



Mas, Presidente, agradeço mais uma vez. Esse é um assunto importante para debatermos aqui. Como já foi mostrado pela Dra. Edna, pela Dra. Luciana, Minas Gerais não pode ser campeã de tráfico de animais, nós queremos outros títulos. Mas acho que toda essa vivência aqui também, todo esse debate em Minas Gerais vai ser muito importante, já que desta Comissão fazem parte vários Deputados mineiros que estão aqui, o Deputado Leonardo Monteiro, o nosso Presidente desta Comissão, que teve de se ausentar, o Deputado Laudívio — eu estou na Presidência.

E há mulher também nesta Comissão. As mulheres são sensíveis à causa animal, haja vista que a maioria das mesas que compõem os espaços de poder são de homens, mas hoje aqui há muitas mulheres. Então, nós ficamos felizes de esta Casa abrir espaço para esta importante CPI, para esse trabalho de conscientização.

Chegaram até à Mesa da CPI — e eu passo para o nosso Secretário na Câmara Federal — as propostas do nosso Governador Fernando Pimentel, em defesa dos direitos dos animais. São 15 itens para nós acompanharmos. E também chega à nossa CPI a divulgação aqui: *“Quem quiser castrar seu animal deve entrar em contato com o Centro de Zoonoses”*. Eu passo também para o Paulão.

O SR. WELLINGTON MAGALHÃES - Coincidência que ontem, no sábado, eu inaugurei um posto de castração lá no Barreiro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - No Barreiro. É importante saber que...

O SR. WELLINGTON MAGALHÃES - Eu peço licença, Raquel, porque eu tenho uma agenda extensa. Você sabe também do falecimento do Elmo Braz?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Isso. Vamos registrar isso aqui.

O SR. WELLINGTON MAGALHÃES - Conheci o Elmo desde pequeno. Vou ver se consigo chegar ao velório.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Ele foi Deputado, foi do Tribunal também, não é?

O SR. WELLINGTON MAGALHÃES - Muito obrigado. Passo a palavra ao Joel.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Antes, Joel, informo que chegou à nossa mesa o Programa de Educação Humanitária em Bem-Estar Animal, bem interessante aqui, com a participação do Ministério da Educação, porque eu acho que é importante nós falarmos que esta CPI tem que se concentrar com outros atores, com outras Comissões que podem nos ajudar, da Protege, da Tetra Pak, com o patrocínio deles e através do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal. Todo esse trabalho estará com o nosso Secretário Paulão e será disponibilizado para o Brasil inteiro.

Também aqui em nossa mão o Manual Jurídico de Proteção Animal, do Deputado Federal Ricardo Tripoli, Coordenador de Fauna da Frente Parlamentar Ambientalista do Congresso Nacional e Relator desta importante CPI de Maus-Tratos de Animais, que também está à disposição em nosso *site*.

Com a palavra o Vereador por Belo Horizonte e também grande lutador pela causa animal, nosso amigo Joel Moreira.

O SR. JOEL MOREIRA FILHO - Presidente Raquel Muniz, é uma honra, um prazer muito grande estar ao seu lado, minha amiga, professora, médica, mulher sensível e uma defensora não só das causas animais, mas do meio ambiente. É uma honra estar ao seu lado.

Quero receber aqui também o Deputado Leonardo Monteiro, é um prazer recebê-lo aqui e também o Parquet mineiro, representado pela Dra. Luciana. O nosso abraço ao Procurador-Geral de Justiça, o Dr. Mariani Bittencourt.

Gostaria de cumprimentar toda a sociedade civil, na presença da Dra. Edna Cardozo, minha diletta professora. É um prazer em recebê-la.

Senhoras e senhores, a Dra. Luciana colocou aqui com muita propriedade algumas questões que têm que ser abordadas, por exemplo, a farra do boi, a questão dos rodeios. Culturalmente, o homem já vem fazendo do animal um espetáculo. Na antiguidade, no Coliseu romano e nos coliseus em todo o tempo antigo, viam-se milhares de pessoas se engalfinharem para verem espetáculos de gladiadores com animais, que, depois, de uma forma um pouco menos agressiva, passaram a fazer os espetáculos no circo. E até hoje nós estamos vendo, infelizmente, animais enjaulados em supermercados, em zoológicos, em mercados municipais, em condições que nos dão vergonha.



Infelizmente, eu não posso falar agora que seria um orgulho, mas eu quero ver o dia em que Belo Horizonte, capital das Minas Gerais, vai ter o imóvel mais caro do mundo, o aluguel mais caro do mundo, porque aqui vai ser o melhor lugar para se morar. Os mineiros são de ponta, são altivos e altaneiros e algumas lutas eles têm comprado no Brasil afora, haja vista a Inconfidência Mineira e outros grandes movimentos que nasceram aqui, como o das Diretas Já.

E o que eu vejo hoje é um momento interessante, porque o mundo passa por conflitos que nos levam a grandes reflexões. Antigamente, nós sabíamos quem eram os inimigos, hoje há os terroristas, não sabemos de onde e nem como vão ser as forças opositoras e, mesmo dentro das residências, homens às vezes matam mulheres, pais matam filhos. Nós estamos vivendo num mundo muito individualista e num mundo que nos leva a uma grande reflexão. A própria política hoje passa por uma grande reflexão. É momento de repensar as instituições e o mundo que nós queremos deixar para as próximas gerações.

E, nesse sentido, a Câmara Municipal de Belo Horizonte se sente muito triste por Minas Gerais ter esse título de Estado que mais tem tráfico de animais, sendo o Brasil um dos que mais tem tráfico de fauna e flora, de biodiversidade. Então, a capital dessa mazela é, infelizmente, Belo Horizonte, que é a síntese de Minas Gerais e a síntese do Brasil. É um bom lugar para pegar esse movimento e transformar um pouco a nossa sociedade. Agora, transformar a sociedade depende um pouco da sociedade, porque norma, fato e valor vão sempre se inter-relacionar de tal forma que, se esses valores estiverem realmente no seio da sociedade, essa transformação acontece de uma forma muito mais natural e muito mais fácil. E acho que esse é o papel hoje do Parlamentar, aquele que tem a voz para falar em nome não só dos seus eleitores, mas de todos, para podermos mudar um pouquinho essa sociedade.

Nesse sentido, eu gostaria de agradecer muito ao Deputado Laudio Carvalho, que me convidou a participar desta reunião oficial da Câmara dos Deputados que acontece aqui, na Câmara Municipal, para tratar de assunto tão importante.

Eu passei ao Deputado uma cópia do projeto e gostaria de passar de forma regimental à Presidente dos trabalhos, Deputada Raquel Muniz, um projeto nosso



sobre exame rápido de leishmaniose, que hoje é um dos maiores problemas que temos. Os animais são sacrificados. É um tema que gostaríamos de debater. E esta Casa não gostaria de se furtar ao debate. Eu sei que parece que poucos Vereadores estão aqui hoje. Eu fui imbuído da missão de aqui representar os meus colegas. E quero externar o nosso apoio não só à CPI, mas principalmente aos movimentos sociais que cuidam da defesa dos animais e lutam contra os maus-tratos dos animais.

Nós temos várias vertentes. Outro dia, eu postei uma coisa sobre animais. E uma pessoa falou: *“Ah, mas e o transporte público?”* O mundo não é feito só de animal, só de transporte público, só de mulher, só de saúde, só de segurança pública. A nossa vida é complexa, como nós somos complexos. Em casa, eu uso às vezes chapéu de palha; na escola, eu uso o de professor; aqui, eu uso o de Vereador; na rua, eu uso o de cidadão. A vida contemporânea é complexa!

Agora, o desafio é grande. E eu gostaria de colocar esta Casa, não só em nome deste Vereador, Profa. Edna, mas em nome dos 41 Vereadores, à disposição dos movimentos sociais, para que possamos, juntos, refletir sobre os grandes desafios que temos para a nossa cidade e sobre as vergonhas que nós ainda enfrentamos hoje. E ninguém melhor para falar desses problemas que cada um dos que representa a defesa dos animais, contra os maus-tratos de animais, como outras vertentes da nossa sociedade.

Gostaria muito de agradecer a nossa participação, o convite do Deputado Federal Laudívio Carvalho e a acolhida que a nossa Presidente Raquel Muniz e o Deputado Leonardo Monteiro nos deram neste momento. E colocamos a Câmara, em nome do nosso Presidente, à disposição sempre que for necessário, para esse tipo de trabalho aqui na nossa Casa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Gostaria de agradecer ao Vereador Joel Moreira e fazer um relato aqui. Eu sou de Montes Claros, Minas Gerais. Sou médica e com o meu marido, hoje Prefeito de Montes Claros, Ruy Muniz, viemos a Belo Horizonte para assumir a Fundação Hilton Rocha, num local privilegiado dessa cidade. Lá nós encontramos inúmeros quatis. Na época, houve uma manifestação da população de Belo Horizonte e do entorno, e o Joel nos



ajudou a resolver essa questão. Eles tinham a preocupação — nós trabalhávamos com escola — de que lá se transformasse num grande espaço escolar, o que poderia destruir o hábitat dos quatis.

Na verdade, o objetivo, quando o Prof. Hilton Rocha recebeu a missão de criar ali a Fundação, era atender à oftalmologia. Nós fomos à Promotoria e explicamos a situação. Isso foi noticiado nos jornais da Grande BH. E hoje ali eles convivem com aquele projeto maravilhoso do Prof. Hilton Rocha. O Joel teve uma participação importante nessa negociação, fazendo-os entender que verdadeiramente estávamos ali, e estamos há vários anos, para continuar o trabalho da Fundação Hilton Rocha.

O SR. JOEL MOREIRA FILHO - Com mais de meio milhão de atendimentos. Não é, professora? É importante frisar isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Com mais de meio milhão de atendimentos gratuitos. Trabalhamos em outras instituições nas quais o Joel também é professor: Faculdades Kennedy, curso de Direito das Faculdades Promove. Mas sua participação naquele momento foi muito importante para fazer a conscientização da população e garantir que ali permanecessem os quatis.

Minha gente, eu quero passar a participação para todos. Mas antes quero lembrar principalmente aos que chegaram depois que o Deputado Laudívio Carvalho estava presidindo este importante seminário, nosso Vice-Presidente da CPI de Maus-Tratos de Animais, e vai retornar a esta Casa para continuar este debate também.

Quero agradecer a presença do Deputado Leonardo Monteiro, que teve uma brilhante participação aqui, do Presidente da Casa, Vereador Wellington Magalhães, de cada um que se deslocou hoje para discutir este importante tema.

A minha formação é médica, sou geriatra. Trabalhei no CTI da minha cidade durante muito tempo e no pronto-socorro. Mudei muitos conceitos com relação aos animais. Eu trabalhava em um plantão, em um hospital de referência, para atender picadas de escorpião, mordidas de cobra e também vítimas de acidentes com cães e gatos. Enfim, já atendi várias vítimas e, muitas vezes, me deparei com familiares que gostariam de me mostrar um cão raivoso, um cão que havia mordido seu filho.



Realmente, eu ficava ansiosa por ter que receber, no consultório, um animal que foi capaz de agredir um familiar. Passei a me preocupar com isso, em como tinham que ser as orientações para essas pessoas para prevenir, para que eu não fosse só a médica do cuidar, do tratar, já que a raiva é muito complicada para tratar.

Ao receber este projeto do Vereador Joel, que torna obrigatória a realização do teste para a leishmaniose visceral canina pelo Executivo municipal, nós o passamos para o Paulão, nosso Secretário nesta importante Comissão, para que sirva de exemplo a outros Municípios e para acompanharmos a tramitação deste projeto aqui, o que pode ser uma ideia, Deputado Leonardo Monteiro, até para sair alguma coisa em âmbito federal também.

Quero falar também que cuidei muito dos pacientes lá com leishmaniose, uma doença complicada, difícil de tratar, com uma cura muito difícil. Como eu disse, eu mudei um pouco os conceitos com relação aos animais. Depois, ajudei a criar o hospital veterinário na minha cidade. Pasmem: eu, que, às vezes, recebia no meu plantão a cobra já morta, porque tinha agredido alguém, comecei a entender de outra maneira, ter outra visão, após o curso de Veterinária na minha cidade.

O curso lá funciona em um espaço mais afastado da cidade, e, frequentemente, aparecia alguma cobra lá. Eu vi um dia os alunos, no ambulatório, pegarem essa cobra, cuidarem de um ferimento dela e a devolverem ao seu hábitat.

Inicialmente, na minha cabeça, pensei como eu pensava antes: a cobra que chegava ao hospital já estava morta; para mim, era aquela a condição em que ela tinha que chegar ao hospital, como se fosse defesa. O veneno já estava inoculado, e nós tínhamos que cuidar do paciente, saber qual era ao tipo de cobra para dar um tratamento mais acelerado, para dar o soro específico. Aí eu vi os alunos fazendo aquilo. Então, mudamos conceitos! É importante devolver essa cobra ao seu hábitat, porque ela vai fazer parte de todo um processo predatório ali. Então se começa a entender.

Eu acho que o papel desta CPI, Deputado Leonardo Monteiro, Joel e presentes, é realmente mudar conceitos, inclusive os conceitos com relação aos bois. Esses dias eu vi uma manifestação folclórica do bumba meu boi, toda ela composta por fantasias. As pessoas se vestem de boi e conseguem fazer um



folclore maravilhoso, fazer perdurar isso aí. Quer dizer, estão respeitando a cultura das pessoas, mas não estão utilizando o animal.

Mas temos que caminhar muito. Eu acho que este espaço que nos dão aqui na Câmara, Vereador Joel, vai ser muito importante para fazermos essa movimentação das pessoas, dos conceitos. São tantos os importantes órgãos que estão aqui, e eu acho que temos que ouvir todos.

Eu vou dar a palavra a todos. Eu gostaria só que começasse daqui e que cada um falasse o nome, a entidade que representa e o seu trabalho. Nós passaremos 10 minutos para que cada um se manifeste, porque eu acredito que vocês são quem resolvem lá na ponta, quem nos fazem mudar os conceitos.

A SRA. NATÁLIA COELHO BRAGA - Bom dia a todos.

Meu nome é Natália Coelho Braga, sou advogada e faço parte da Comissão de Direitos dos Animais da OAB aqui em Minas Gerais. Sou ativista. Na verdade, comecei como ativista mesmo, interessada nos assuntos relativos à causa.

Durante algum tempo, fui voluntária em um programa, aqui em BH, que se chama Adote um Amigo. É uma parceria público-privada, em que os animais são recolhidos pelo Centro de Zoonoses. É realizado o exame de leishmaniose. Os animais que são constatados como positivos para leishmaniose são sacrificados ainda, os que são saudáveis são castrados, são colocados microchips e eles são devolvidos à rua, no mesmo local onde foram recolhidos.

O programa Adote um Amigo entra com a parte do trabalho voluntário, por meio do qual são organizadas feiras de adoção, todos os sábados, em algum ponto da cidade, algum *pet shop*, alguma clínica ou até mesmo no próprio Centro de Zoonoses — um sábado por mês é lá —, e as pessoas têm a oportunidade, então, de adotar os animais, para que seja evitada a volta deles para a rua.

Esse é um trabalho bem interessante, e eu acho que, de repente, a ideia poderia ser repassada para outras cidades mineiras, por exemplo, Governador Valadares, assim como para as cidades de porte médio. Eu conheço a cidade, tenho certo contato de família. Eu não sei como funciona lá, hoje, mas, de repente, seria interessante estender essa ideia para lá e também para outras cidades mineiras que eu não conheço. Estou falando de Valadares porque é a cidade que eu conheço.



Então, com o tempo, eu conheci o trabalho da Dra. Edna. Ela nunca foi minha professora em faculdade, mas eu conheci o trabalho dela, que é muito importante — ela tem um histórico muito profundo relacionado à causa aqui em Minas —, e eu comecei a fazer parte da comissão. Estamos atuantes no Legislativo. Semana passada mesmo, aqui, em BH, houve uma audiência pública na Assembleia Legislativa, na qual foi discutida a questão específica da venda de animais no Mercado Central, um ponto muito importante, e os ativistas questionam muito. Nós estamos fazendo um esforço. Vamos ver se, com o apoio do Legislativo, ele evolui, se nós vamos conseguir uma melhoria nesse sentido, se vamos conseguir extinguir o comércio de animais lá no Mercado Central.

Eu acho importante a participação de todo o mundo, como a Deputada falou, todo o mundo colaborando um pouquinho.

É isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Obrigada.

O SR. JOSÉ GERALDO LASMAR - Bom dia. Meu nome é José Geraldo Lasmar. Sou médico veterinário e fui convidado a participar pelo Movimento Mineiro em Defesa dos Animais.

Eu me sinto até um pouco constrangido, porque eu sou profissional autônomo e tive o prazer de escutar a Dra. Luciana no encontro sobre Medicina Veterinária do Coletivo. Na oportunidade, ela explicou para nós, veterinários, como era a atuação do Ministério Público, como ela atuava, falou o que era uma comarca e que ela atuava entre os rios, se eu entendi direito, entre uma divisa e outra. E eu pensei: o que ela pode fazer em 15 dias eu vou não vou fazer em 15 anos da minha vida, porque a minha atuação é entre ruas. Eu atuo de uma rua a outra.

Eu tenho um trabalho autônomo que se chama *Antes de comprar, pense em adotar*. Em um prazo bem pequeno, nós conseguimos uma retirada de animais, anteriormente, da Sociedade Protetora dos Animais, para colocá-los para a adoção. No estímulo à adoção, nós dávamos 1 ano de consulta grátis — entregávamos os animais castrados —, para tentar acompanhá-los. Depois de eles serem adotados, continuávamos dando as vacinas gratuitamente durante 2 anos. Então, trata-se de um trabalho bem pequenininho de enxugar gelo.

Muito obrigado.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Obrigada, Dr. José Geraldo Lasmar.

Com a palavra o Vereador Joel Moreira.

O SR. JOEL MOREIRA FILHO - Deputada Raquel, José Geraldo, eu gostaria que as pessoas o ouvissem falando. Na verdade, o que constrói as soluções é o pouquinho de cada um, é aquele beija-flor que joga um pouquinho de água, principalmente nesse tipo de causa.

Eu gostaria de parabenizá-lo pelo trabalho que vem fazendo. Embora você ache que ele é de rua a rua, acaba que a cidade toda fica sabendo disso. Parabéns, em nome da Câmara Municipal!

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Podemos continuar.

Fale o nome e a instituição.

A SRA. FLÁVIA QUADROS CAMPOS FERREIRA - Meu nome é Flávia. Eu sou médica veterinária. Minha instituição enxuga gelo.

Primeiro, agradeço a iniciativa. Quero parabenizá-los e falar que nós ficamos com esperança de viver dias melhores e de que valerá a pena ter passado por tudo que já passamos, quando presenciamos pessoas que estão no Legislativo, pessoas que vão conseguir leis diferentes, estão se interessando por uma coisa que há tanto tempo a gente se interessa e não tinha a quem recorrer.

Parte das coisas que eu gostaria de dizer já foram ditas aqui brilhantemente pela Dra. Edna, pela Dra. Luciana e por vocês. Então vou falar rapidamente sobre uma nuance de que, talvez, vocês ainda não tenham ouvido. Eu também sou médica, porém sou médica de animais. E, para eu defender a vida desses meus pacientes, preciso lutar, principalmente, contra o Estado.

Então, eu gostaria que a Deputada Raquel Muniz se colocasse no lugar de um médico veterinário que se importa com os animais, no lugar de uma pessoa que, com o seu próprio dinheiro, que não é muito, com a sua profissão e com a sua voz tem que peitar um Estado, porque os animais não têm sequer direito à vida. Para o Estado, eles não têm direito à própria vida.

O que eu gostaria de pedir para vocês? Um apoio e um esforço para que a gente consiga mudar isso, não só em âmbito municipal, porque o Município nada



mais é do que o reflexo de uma política pública nacional. Como parte dos integrantes desta Mesa e desta CPI são Deputados por Minas Gerais, porém Deputados Federais, para que vocês saibam o que acontece dentro de cada cidade, nada mais é do que uma política pública formulada pelo Ministério da Saúde em que esses animais não têm direito à própria vida. Uma política pública que joga no colo dos prefeitos das cidades a decisão de o que fazer com eles e uma política pública que, apesar de realmente a gente fazer muita diferença quando a gente cuida do nosso jardim, de pouquinho em pouquinho, de convencimento de cada Prefeito, a gente não chega a lugar nenhum. A gente precisa de mais. Vocês podem atuar pelo nosso Estado em âmbito nacional, e é isto que eu peço a vocês, que vocês atuem, para que a gente não precise fazer um trabalho de formiguinha, de Prefeitura em Prefeitura, de Estado em Estado, uma vez que neste País são mais de 5 mil Municípios, porque a gente não vai ter vida para ver nada acontecer. Então vocês, como Deputados Estaduais, como Deputados Federais e com o apoio técnico de quem pode dizer para vocês “faça dessa forma, não faça de outra”, vão conseguir convencer e vão conseguir legislar de fato para que as coisas aconteçam. Então façam por nós aquilo que a gente não pode fazer e aquilo que, com o nosso trabalho de formiguinha, a gente não vai conseguir ver feito, a gente vai morrer sem ver...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. FLÁVIA QUADROS CAMPOS FERREIRA - Não, Carla, eu estou dizendo que, com o nosso trabalho de formiguinha, a gente não vai conseguir chegar onde de fato precisamos chegar. Em compensação, o que eu estou propondo é que, tecnicamente, a gente junte esforços de quem pode dizer o que precisa ser feito com o de quem pode fazer o que precisa ser feito.

Obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Quero agradecer a participação da Flávia, do Instituto Vivendi. Já está conosco o Deputado Estadual, do meu partido, o PSC, Deputado Noraldino Júnior. Eu torci muito para o Noraldino ganhar, porque essa bandeira dele em relação aos animais é antiga. Ele faz um trabalho brilhante. Quero encerrar esta parte, Noraldino, até para que você se situe mais com nossa discussão, e, em seguida, lhe passo a palavra.

Concedo a palavra à Sra. Carla Sassi.



A SRA. CARLA MARIA SASSI DE MIRANDA - Bom dia a todos! Meu nome é Carla Sassi, sou Médica Veterinária, Bacharel em Direito, Professora de Epidemiologia e Saúde Pública no Curso de Medicina Veterinária em Lafaiete. Hoje estou aqui como Gerente de Vigilância Ambiental do Município de Conselheiro Lafaiete, um Município de 120 mil habitantes, um Município relativamente pobre que depende hoje do comércio, mas que, há 5 anos, a gente vem conseguindo desenvolver um bom trabalho. Eu já tive a oportunidade de ir a vários locais do País para apresentá-lo.

Então, hoje nós temos um CCZ em Lafaiete que é motivo de orgulho para toda a cidade. A cidade inteira conhece esse trabalho. A cidade briga pelo CCZ. A sociedade, quando há algum problema com o Centro de Controle de Zoonose, faz a sua defesa mesmo.

O Deputado Noraldino esteve lá há duas semanas e pôde conhecer um pouco o que é feito. Nós estamos engatinhando ainda. Muita coisa tem de ser feita, mas hoje eu vejo que nós estamos no caminho certo. Nós temos um projeto de castração há 3 anos denominado *Quem ama castra*, em que já foram esterilizados gratuitamente quase 7 mil animais. Numa cidade de 120 mil habitantes, esse é um número relativamente grande.

No CCZ hoje, nós temos 150 animais. Somos 11 funcionários. O animal recolhido nas ruas de Lafaiete hoje, atropelado, envenenado, cadela gestante, filhote, o tratamento que ele precisar, dentro do CCZ, ele vai ter. A cirurgia de que precisar, uma transfusão de sangue, uma quimioterapia, hoje, o CCZ consegue realizar. Nós temos parcerias fundamentais. Conseguimos o respeito de instituições, como a ONG que a Aline representa aqui, que tem acesso livre ao Centro de Controle de Zoonoses. São eles que fazem as feiras aos sábados. Então, eles têm a chave do portão principal. Eles entram. Se precisarem de acesso a documentos sobre eutanásia, ficha clínica de animal de adoção, eles têm acesso a tudo no momento em que eles quiserem.

Temos hoje uma parceria fundamental com o Ministério Público para o projeto de castração. Ele nos deu pernas para colocar em execução o nosso projeto.

Atualmente, são feitas 25 cirurgias por dia gratuitamente para toda a população, independente de renda. Nós temos uma parceria fundamental com a



Polícia Militar do Meio Ambiente, que, no último ano, realizou 13 conduções por maus-tratos aos animais ou posse irregular de animal silvestre junto à equipe do CCZ.

Nós temos uma parceria com a Polícia Civil. Assim que solicitamos, seja Polícia Ambiental, Polícia Militar ou Polícia Civil, elas sempre acompanham um agente do CCZ em alguma diligência e, da mesma forma, quando eles precisam de um veterinário, de um relatório, nós fornecemos imediatamente.

Nós temos a Lei Municipal nº 4.919, de 2006, que, a meu ver, é uma das mais completas do País. Em 2006 já se tratava da regulamentação da venda de cães e gatos, sobre a unidade móvel de castração, sobre cão comunitário e sobre o livre acesso às residências para um agente de zoonose fiscalizar situações de maus-tratos e, principalmente, perda de posse do animal, quando constatados maus-tratos.

Hoje, o Promotor Glauco, do Ministério Público, faz um trabalho maravilhoso com vários TACs, com todo o processo em que são constatados maus-tratos, venda irregular de animais, corte de calda, corte de orelha. Ele multa, faz a doação de ração para o CCZ e impossibilita a pessoa de ter mais animais sem a devida fiscalização e autorização do CCZ.

Então, o Ministério Público hoje tem sido de grande valia mesmo para o trabalho de proteção animal.

Lafaiete não fazia rodeios há muitos anos, mas, ano passado, houve rodeio na exposição. Nós fizemos de tudo para que não acontecesse, mas aconteceu. Eu participei todos os dias do rodeio. Entrei na arena com os peões, fiz a reza com eles. Participei de tudo mesmo. Não tinha noção de como era um rodeio e tive a oportunidade de estar dentro da arena. Depois, conseguimos que não haja mais rodeios em Lafaiete. A partir de agora, não haverá mais. Isso foi conseguido através da ONG.

Lá, para uma pessoa vender cães e gatos, um dos nossos grandes problemas, principalmente as matrizes, lá em Lafaiete, tem que receber um alvará do CCZ, que é gratuito, mas a pessoa tem de apresentar alguns documentos.

Então, tudo isso está previsto na Lei nº 4.919, de 2006, e temos conseguido um resultado bem efetivo de participação da população. A população hoje abraça o



CCZ, mas o que eu vejo muitas vezes de colegas veterinários que trabalham em centros de controle de zoonoses é vergonha de falar que são veterinários de um CCZ. Eu, muito pelo contrário, tenho muito orgulho de ser veterinária e de estar à frente de um CCZ que, em pouco tempo, se tornou referência nacional.

Então, a gente tem parceria com a ONG, mas somos totalmente contra a ONG ter abrigo, porque, se ela tiver abrigo em Lafaiete, a responsabilidade do Município vai ser retirada. Nosso Prefeito apoia realmente a causa, nós temos total abertura dentro da Câmara dos Vereadores. Então, a ONG hoje, no que depender da atual gestão, não vai ter abrigo. Os animais são amparados pelo Município, porque eles são de responsabilidade do Município.

Obrigada a todos e que a gente consiga levar isso mais para outras cidades.
(Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Quero agradecer a sua participação, Carla Maria Sassi de Miranda, Gerente da Vigilância Ambiental de Conselheiro Lafaiete.

Vou passar a palavra para o nosso Secretário Paulão. É importante a sua contribuição aqui hoje. Mais do que isso, que esta CPI possa visitar essas experiências exitosas também no Estado.

A SRA. CARLA MARIA SASSI DE MIRANDA - Eu estive lá em Brasília, onde pude falar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Quero agradecer a sua participação lá e que a gente possa visitar *in loco*...

A SRA. CARLA MARIA SASSI DE MIRANDA - Com certeza.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - ... o CCZ de Lafaiete.

Quero passar essa experiência também para a Faculdade de Medicina Veterinária lá do meu Estado, para que possa acompanhar isso aqui também, e para o CCZ local também. Acho que vai ser de grande valia.

Quero ressaltar o que você disse, que vocês não trabalham sozinhos. Há importantes parcerias com o Ministério Público, a Polícia Militar, a Polícia Civil. Quero ter acesso também a essa Lei nº 4.919, de 2006, lei municipal tão importante, que está sendo cumprida lá.



A SRA. CARLA MARIA SASSI DE MIRANDA - É uma das mais completas que eu conheço.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Muito obrigada.

A SRA. CARLA MARIA SASSI DE MIRANDA - Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Vamos continuar. (*Falha na gravação.*)

A SRA. ADRIANA CRISTINA ARAÚJO - Bom dia.

Meu nome é Adriana Araújo. Eu integro o Movimento Mineiro pelos Direitos dos Animais, a Liga de Prevenção da Crueldade contra os Animais — uma honra para nós ser presidida pela Dra. Edna Cardoso — e também o Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, que atua em âmbito nacional, em parceria com entidades internacionais, em relação às vaquejadas, que estão sob a análise do Supremo Tribunal Federal. Nós já estamos buscando parcerias internacionais para poder contrapor a argumentação de alguns Parlamentares e juristas quanto a isso ser uma cultura e tradição. Eu acho que não precisa nem estender mais sobre isso.

Quero também dizer que o Movimento Mineiro pelos Direitos dos Animais completa, em 2016, 10 anos e nasceu com o objetivo de integrar todos os cidadãos independentes e entidades constituídas para trabalharem cada um em sua seara: na educação humanitária, no resgate, na investigação, enfim, na conscientização — trabalharmos todos, dentro do possível, de uma forma integrada. Mas não só isso, não só a sociedade civil, mas principalmente com o poder público em todas as esferas: municipal, estadual e federal; além do Ministério Público, nosso grande parceiro, aqui na pessoa da Dra. Luciana Imaculada; do GEDF — Grupo Especial de Defesa da Fauna, que eu considero uma conquista nossa, uma provocação, uma conquista nossa. Não surgiu simplesmente da Constituição Federal, que prevê a responsabilidade do poder constituído, mas de um clamor popular, assim como outras conquistas.

Quanto à Comissão Interinstitucional de Saúde Humana na sua Relação com os Animais — só para falar um pouco do nosso trabalho —, o ativismo animalista tem cada vez mais se conscientizado da sua condição de cidadão, de eleitor e de representado e buscado ter o diálogo e a parceria, ouvir e ser ouvido, para que nós, nessa responsabilidade compartilhada, possamos mudar essa realidade.



Eu vou divulgar esse evento de hoje como seminário mudando conceitos. Eu acho que ele resume tudo.

Aqui, no período eleitoral, nós, ao nos apropriar, ao nos conscientizar da condição de eleitores, elaboramos coletivamente todas as diretrizes que julgamos necessárias para toda a fauna silvestre, exótica e doméstica, em Minas Gerais e no Brasil, e distribuímos para todos os candidatos — inclusive, o Eduardo Jorge foi um dos que se interessou, para nossa surpresa, não porque já é da linha dele de trabalho — se manifestarem, e um deles foi o nosso atual Governador de Minas Gerais. Ele simplesmente publicou, na íntegra, todas as diretrizes defendidas pelos ativistas. Está aqui. A gente já tem assento lá na cidade administrativa, formando a Comissão de Proteção Animal, também uma conquista popular.

A Delegacia de Proteção Animal de Belo Horizonte é uma conquista popular. Cinquenta e seis mil assinaturas resultaram mais nessa conquista.

Vereador Joel. Minas Gerais, que tanto nos orgulha, precursora em várias áreas — a gente viaja pelo Brasil inteiro —, é o Estado, salvo engano, que mais elegeu Presidentes da República, inclusive recentemente os dois últimos candidatos, infelizmente, também nos envergonha. É um dos Estados mais atrasados em relação a direitos animais. Estados do Sudeste e do Sul — a gente passa vergonha — estão muito à frente de nós.

Dizem-me: “*Adriana, você fica falando mal de Minas.*” Roupa suja se lava em casa! Eu falo isso com vocês. Lá fora eu não falo, não. Lá, eu passo vergonha quando eles me perguntam: “*O que vocês está fazendo?*” Eu falo: “*Nós temos o GEDEF.*” Nós temos poucas conquistas, mas o GEDEF, realmente, é a nossa maior conquista. Eu considero isso. Se eu estiver sendo injusta aqui, Flávia, me lembre de outras conquistas verdadeiras pelos animais.

Noraldino Júnior. Noraldino Júnior, um grande Parlamentar, também se mostra verdadeiro, um grande parceiro pelos animais.

Então, Minas Gerais nos envergonha também por não só ser a líder no tráfico de silvestres, mas também a pentacampeã consecutiva da destruição da Mata Atlântica. Repito, isso foi divulgado no *Valor Econômico*, em revistas que nunca antes haviam falado sobre a questão, porque isso tem a ver com dinheiro também, não é? Mas até o *Valor Econômico* publicou: Minas Gerais é pentacampeão da



destruição da Mata Atlântica. E muito disso vem — aliás, totalmente — da mineração e da pecuária. A pecuária destrói para o gado pastar e destrói outra área para alimentar esse gado. Pecuária e mineração destroem nossas nascentes.

Gostaria que todos os senhores tivessem outro olhar — aqui é um tempo de mudança — não só pelos animais, mas até pela nossa espécie, nem que seja por egoísmo.

O planeta está gritando! Eu não preciso me estender. São dados científicos da NASA, do IPCC — Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas. Quando Al Gore divulgou aquele vídeo-documentário *Uma Verdade Inconveniente*, o IPCC, em um de seus relatórios, anunciou: “*A conta não fecha*” — isso foi em 2007 —, “*a conta não fecha*”.

Então, enquanto a gente colocar cifras no ser humano em detrimento de todo o planeta... Nós já estamos no tempo em que nós temos dinheiro e não temos água na torneira. Estamos vivenciando racionamento, aos domingos, em quase toda Belo Horizonte, nas zonas menos abastadas, enquanto a Zona Sul continua com água farta, com seus clubes e piscinas lotados. Eu acho isso hoje um absurdo!

Amanhã, quero convidar todos os senhores aqui, representantes e representados, para participarem da audiência pública que será realizada na Assembleia Legislativa, às 10 horas, para discutirmos o Projeto de Lei nº 2.946, de 2015, de autoria do Governador do Estado de Minas, que trata do SISEMA. Salvo engano, esse projeto acaba com a Polícia Ambiental, com as atribuições da Polícia Ambiental. Isso muito nos preocupa, porque ela é nossa grande parceira na questão do combate ao tráfico, dentre outras questões como a distribuição de água e também da mineração.

Estão todos convidados para, amanhã, participarem de outro grande encontro.

Deputada Raquel, em relação aos silvestres, V.Exa. fez menção aos quatis. Eu quero trazer aqui a público a situação dos animais silvestres, que, com os seus habitats cada vez mais destruídos, estão migrando para o meio urbano. Ao contrário do que essa prefeitura insiste em dizer, que esse problema não é nosso, que eles são um problema, ao contrário disso, Curitiba, realmente a maior Capital do Brasil e



que merece o título de Capital sustentável, acolhe os animais. A Secretaria de Proteção Animal de Curitiba emitiu uma cartilha: “*A Cidade e os seus Bichos*”.

Como a gente vai acolher essas vítimas da nossa ação? Ao contrário de Belo Horizonte, deixo aqui o meu repúdio em relação ao que está sendo feito com as capivaras.

A USP/ESALQ, Viçosa, a UFMG, todo meio acadêmico, defendem que seja implementado, não só em Belo Horizonte, mas em todo o Brasil, o manejo populacional ético desses animais silvestres por meio da vasectomização e ligadura de tubas, e também a conscientização da população em relação à febre maculosa. Estão demonizando, e a palavra não é minha, as capivaras.

Esse carrapato-estrela, senhores, é aquele rodoleiro, sim. É aquele rodoleiro que está nos cavalos, que está nos cachorrinhos, que está nos gambás, que está nos ratos, que está nos sapos. Então, nós vamos matar toda a fauna?

Desde já, eu peço que a gente mude o nosso conceito para que, ao invés de uma cidade, um Estado, um país, um planeta antropocêntrico, a gente reveja esse nosso conceito, construindo um mundo, inclusive, ambientalmente e biocêntrico.

Vou falar um pouco ainda dos silvestres.

É claro que cachorro, gato e cavalo são os animais que estão mais gritando perto de nós. Mas há outros, não menos importantes, que estão gritando lá na mata e sendo inversamente proporcional. Enquanto os daqui superlotam as cidades, passam por todo tipo de maus-tratos, os silvestres estão sendo extintos. O lobo-guará, o tatu-bola, a onça-pintada, a suçuarana, a jaguatirica e outros mais — esta lista vermelha — estão gritando, silenciosos lá, sem ninguém lhes dando atenção.

Então, eu gostaria que os senhores estendessem suas responsabilidades em defesa dos animais silvestres.

Está tramitando no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 466, de 2012, que visa ações para combater a quantidade de animais atropelados nas estradas brasileiras.

Quanto aos zoológicos, que haja outro formato para essa instituição. Infelizmente, criada há anos, para que os coronéis e os reis tivessem para o seu deleite animais aprisionados, retirados de todos os habitats mundiais.



Então, que a gente reveja essa instituição — já passou a hora —, porque de educativa não tem nada e que ela sirva, primeiramente, para acolher animais de nossa fauna nativa ameaçada de extinção.

Vou falar da saúde única também.

É um novo conceito europeu que visa defender, com a mesma igualdade, humanos e não humanos, água, árvores e todos nós, sob pena de todos estarem expostos a problemas.

Medicina Veterinária do Coletivo, que também não foi dita aqui, é uma terminologia de ponta, que vem da Europa. A Academia já vem discutindo, debruçando-se sobre esse texto, sobre esse tema, sobre esse conceito, Medicina Veterinária do Coletivo, que trata não só o indivíduo que está na rua, no CCZ, no zoológico, ou no lar da pessoa, mas a espécie, e ela integrada a todo o meio ambiente.

Declaração de Cambridge. Esse documento também é muito importante. Hoje em dia, nós precisamos lembrar sempre da Declaração de Cambridge. A Inglaterra sempre esteve à frente, na vanguarda. País que iniciou o veganismo, uma nova filosofia de vida, aberta para todos, com todas as possibilidades. A Declaração de Cambridge é um manifesto dos maiores neurocientistas do todo o planeta, que, em junho de 2012, comprovaram que todos os animais não humanos têm, sim, ciência. São providos do desejo de estarem juntos aos seus, que sofrem quando são apartados da sua mãe e do seu filho.

Enfim, a importância...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Conclua, por favor.

A SRA. ADRIANA CRISTINA ARAÚJO - O.k.

A integração dos órgãos é fundamental, eu já falei; a educação humanitária, também. Isso tudo aqui não terá sucesso e não será sedimentado, mudando realmente conceitos, se a gente não for para as escolas.

No mais, agradeço a oportunidade.

Realmente é um marco. A gente tem aqui, pela primeira vez, eu acho, isso no Brasil... Será que a gente vai se orgulhar? Pela primeira vez aqui, eu vejo os três Parlamentos juntos: municipal, estadual e federal.



Quero lamentar a ausência da Prefeitura de Belo Horizonte em todas as suas responsabilidades, lamentar também que a Coordenadoria de Proteção Animal — há mais de 1 ano sancionada a lei — até hoje não foi criada, na contramão de todo o Sudeste, que já tem suas secretarias trabalhando há muito tempo.

Rodeios, carroças, experimentação animal e tudo o mais, a gente gostaria que fosse considerado.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Agradecemos a participação de Adriana Cristina Araújo, integrante do Movimento Mineiro pelos Direitos dos Animais.

Digo que a sua exposição foi brilhante e, ao final, vamos ouvi-la nos debates.

Quero lembrar que eu faço parte também da Comissão do Semiárido Brasileiro e da Revitalização do São Francisco. Quando cheguei a esta CPI de Maus-Tratos de Animais, a minha primeira fala foi para dizer que o pior dos maus-tratos que um animal pode sofrer é a falta de água. Então, nós temos que trabalhar esse conceito, e a Adriana bem lembrou da destruição das nossas matas.

Vamos continuar.

A SRA. MÁRCIA SALES MONTEIRO - Bom dia.

Meu nome é Márcia Sales Monteiro. Eu sou da Comissão de Direitos dos Animais do OAB, cuja Presidente é a Dra. Edna. Sou também formanda em Direito pela Escola de Direito Dom Hélder Câmara e faço parte do grupo de pesquisa de direitos dos animais.

Junto ao grupo, a gente busca levar informação às escolas, onde procuramos conscientizar os alunos sobre a questão dos maus-tratos, tentar reverter essa situação, e, junto à OAB, com a presença da Dra. Edna, com a presidência dela, a gente busca, com as leis mesmo, conscientizar sobre a mudança das leis em benefício dos animais. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Quero agradecer a participação da Márcia Sales Monteiro, membro da Comissão de Direitos dos Animais da OAB de Minas Gerais.

A SRA. GIOVANA FRAGA - Meu nome é Giovana Fraga. Eu tenho um projeto criado há 18 anos, um projeto autônomo. De 2006 a 2008, eu fui Conselheira



Municipal de Saúde, reeleita para 2008 a 2010, quando participei ativamente da construção do Centro de Controle de Zoonoses e também da Comissão.

Eu poderia falar um monte de coisas, mas eu quero destacar que eu fiquei com vergonha e, ao mesmo tempo, muito orgulhosa com Lafaiete, porque o que eu tenho para falar aqui é muito triste. Nós temos uma gestora dentro do Centro de Controle de Zoonoses hoje que não nos dá apoio nenhum, não ama os animais, é a pior espécie de ser humano que eu já conheci na minha vida, a Sra. Maria do Carmo, que, infelizmente, não está aqui.

Eu já cansei de recolher... Hoje eu estou morando em Esmeraldas, porque Belo Horizonte ficou pequena. Eu moro sozinha e cuido sozinha de 130 animais. Inclusive, até os meus canis — estou mentindo, Deputado Noraldino? — eu ajudo os pedreiros a construir. Eu pago por uma coisa, mas quem tinha que pagar seria o poder público e não eu. Mas eu o faço por dois motivos: necessidade e cidadania.

Agora, recolher animais que acabaram de ser castrados e foram colocados nas ruas ainda cambaleando é uma vergonha para o CCZ. Enquanto houver um gestor lá dentro que não goste de animais, isso vai continuar acontecendo. Eu queria entender por que essa mulher está há tantos anos no poder. O que acontece? Porque, na hora em que houver um veterinário lá dentro que goste, ele vai nos apoiar, ele vai nos ajudar. Lá, hoje, poderia ser um dos melhores e maiores abrigos de Belo Horizonte, porque quem vê acha lindo, mas a crueldade está lá dentro, os maus-tratos estão lá dentro.

Então, eu gostaria de pedir aos três poderes aqui presentes: pelo amor de Deus, ajudem-nos a colocar lá dentro alguém que possa nos ajudar, porque eu já não tenho mais dinheiro, eu não tenho mais saúde, eu não tenho mais nem capacidade mental, porque, dependendo da situação hoje, eu não tenho mais o que perder, eu vou bater nessa pessoa.

É um absurdo eu sair lá de Esmeraldas para pegar um animal que está caído na rua, porque acabou de ser solto pelo CCZ, porque foi castrado. Poxa, não é assim, isto é desumano! Não foi para isso que eu fiquei 4 anos trabalhando de graça como Conselheira Municipal de Saúde, não. Abri mão do meu casamento, porque eu tinha que viajar, porque, quando eu gritava lá *“eu quero um centro de castração”*,



uns 15 queriam me bater porque estavam precisando de postos de saúde. Eu entendo, eu entendo, mas eu estava lá pelos animais.

Eu posso passar a minha vida inteira cuidando dos animais, gastando o meu dinheiro, a minha saúde, porque eu moro sozinha, eu sou sozinha, eu estou num lugar isolado. Eu saio duas vezes por semana, às quintas-feiras, para ir à Comissão, na qual, graças a Deus, hoje eu posso falar que eu conheço um político que realmente faz, o Noraldino Junior, um cara em que eu acredito, bato palmas, sou seguidora, sim. E, enquanto ele me provar, continuar colocando a cara para bater e fazendo, eu vou continuar seguindo.

Mas, pelo amor de Deus, gente, eu preciso... Eu já pedi nesta Casa, eu já pedi lá na Assembleia. Por que ninguém faz uma audiência pública para nós tirarmos essa mulher do poder? O que acontece? O que acontece? Por favor! É um absurdo isso. Está tudo lá, o dinheiro está lá, a equipe está lá, o local está lá. Nós só precisamos de alguém lá dentro que, quando eu telefonar, vá me apoiar.

Eu hoje não tenho direito a uma castração, uma coisa que eu fiz parte desde o início do processo. Porque se fala muito em Fernando Pimentel, mas eu ficava meses esperando para nós conversarmos, e, no dia, ele ria na nossa cara. Que bom que ele está mudando de postura, porque ele já me fez de palhaça, e foram muitas vezes, não só a mim como ao pessoal da Comissão também. Então não é porque hoje o cara está bonitinho, está bonzinho, que eu vou esquecer o que ele fez lá atrás, não. Porque até agora eu vi um panfleto, mas, efetivamente, eu só estou vendo coisa ruim no jornal. Então, para mim, ainda é um cara que não me interessa.

Então, por favor, vão ao CCZ, olhem essas denúncias. Eu tenho fotos, eu tenho no Facebook a *hashtag* #foramariadocarmo com fotos, com vídeo. Por favor, gente! Não é só o Mercado Central que é uma vergonha, não. O CCZ de Belo Horizonte também é uma vergonha.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Quero agradecer a participação da Giovana Fraga, Presidente do Projeto Animais de Rua. Ela mencionou, várias vezes, o nome da Sra. Maria do Carmo Ramos, gerente do Centro de Controle de Zoonoses de Belo Horizonte. Ela foi convidada para vir aqui e



participar conosco, isso será apontado na nossa CPI, para as devidas providências.
(Palmas.)

O SR. DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO - Só queria, antes de sugerir também, Deputada...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - O Deputado Leonardo vai falar. Em seguida, a Luciana também.

O SR. DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO - A CPI vai ter que voltar aqui a Belo Horizonte, parece que para, inclusive, uma visita ao Mercado, não é isso?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Isso.

O SR. DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO - Por exemplo, nessa oportunidade, nós poderíamos acertar uma visita ao Centro de Zoonoses aqui de Belo Horizonte. (Palmas.)

A SRA. GIOVANA FRAGA - Pode, por favor! Eu vou ficar aguardando.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Acatada a sugestão do...

O SR. DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO - Eu vou acertar com a direção da nossa Comissão, com o Deputado Laudivio e a Deputada Raquel, a viabilização disso. É lógico que para esse tipo de trabalho, até para ficar oficializado, nós temos que...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Apresentar um requerimento.

O SR. DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO - Aprovar um requerimento. Um de nós tem que assiná-lo, ou nós assinamos juntos, eu, o Laudivio e a Raquel. Aprovar aqui, além da visita ao Mercado, uma visita também ao Centro de Zoonoses de Belo Horizonte.

A SRA. ADRIANA CRISTINA ARAÚJO - Deputado, por favor, inclua a questão das capivaras, que já tomou uma proporção nacional. Nós já levamos para a USP, para a UFMG, em congresso internacional de medicina do coletivo, a questão das capivaras. Realmente, já tomou proporção nacional o descaso dessa prefeitura.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Vamos levar essa sugestão. Amanhã, vamos reunir a CPI e vamos discutir a sugestão do Deputado Leonardo sobre a visita...



A SRA. GIOVANA FRAGA - Só uma coisa: eu peço, por gentileza, que o convite chegue pelo menos com uns 3 dias de antecedência, porque, como eu disse, eu moro sozinha, eu moro a 70 quilômetros daqui e o meu carro virou ração. Então, para mim, é muito difícil. Hoje mesmo, eu acordei às 4 horas da manhã para cuidar dos animais e consegui chegar aqui às 9 horas, mesmo porque há mais pessoas interessadas que poderiam estar presentes com muitas provas nas mãos, porque a intenção é realmente colocar uma pessoa lá dentro que possa nos apoiar.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - A Dra. Luciana pediu para fazer uso da palavra.

A SRA. LUCIANA IMACULADA DE PAULA - Eu gostaria só de fazer um breve registro, até por recordação da Dra. Edna Cardozo Dias. Como eu disse, eu sou Coordenadora do Grupo Especial de Defesa da Fauna e não falo aqui em nome de nenhum promotor específico, não conheço a situação do CCZ de Belo Horizonte, mas, no passado, por questão de justiça, nós temos que lembrar que houve um Promotor de Justiça, o Dr. Fernando Galvão, hoje, Juiz Militar, que ingressou com uma ação civil pública pedindo a paralização do extermínio de animais em câmaras de gás.

É um absurdo, mas isso acontecia. Era uma política pública dentro de Belo Horizonte recolher os animais da rua sistematicamente e exterminá-los na câmara de gás coletivamente. Através dessa ação civil pública, o Município contestou, o Estado contestou, ela chegou ao Superior Tribunal de Justiça e o acórdão está na Internet, para quem quiser ver, do Ministro Humberto Martins, que proibiu terminantemente o extermínio de animais saudáveis, pontuando que esta é uma estratégia da própria Organização Mundial da Saúde. Esta é uma estratégia ineficiente, é uma estratégia ineficaz para aquilo a que se propõe e, principalmente, ela é cruel aos animais e não pode ser admitida.

Então, agradeço à Dra. Edna, que recordou esse fato. Eu gostaria de registrar essa atuação exitosa do Ministério Público, que ficou como um paradigma, inclusive, para o Brasil.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Será registrada, Dra. Luciana.



O Vereador Joel Moreira quer fazer uma intervenção.

A SRA. FLÁVIA QUADROS CAMPOS FERREIRA - Eu poderia me registrar para, depois, pedir a palavra por 1 minuto?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Nós vamos conceder a palavra ao Vereador Joel Moreira, em seguida, ao Deputado Noraldino. Temos quatro perguntas, e depois passaremos a palavra a V.Sa.

O SR. JOEL MOREIRA FILHO - Eu vou ser muito breve. Nós falamos aqui sobre questões que nos envergonham. A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte não se fez presente aqui, e isso me deixa envergonhado, não como Parlamentar, mas como cidadão.

Nós estamos vivendo este momento histórico aqui, reunindo o Parlamento Municipal, o Estadual e o Federal, imbuídos em encontrar soluções que passam muito pelos Poderes Executivos, também municipal, estadual e federal. Eu sei que na Prefeitura se assistem a todas essas sessões que acontecem aqui, e eu gostaria de deixar minha consignação de protesto ao Prefeito Marcio Lacerda, para que olhasse o assunto com outros olhos.

Há questões em que as pessoas nos criticam, e a democracia vai nos fazer crescer enquanto sociedade. Então, em algumas questões com que às vezes as pessoas não concordam, com que a sociedade às vezes não concorda, é hora de refletirmos. Mesmo indo a algum lugar para sofrer crítica, não temos o direito de nos furtar ao debate, claro que respeitoso, com educação. Às vezes, uma ou outra pessoa passa um pouquinho do limite, mas nós temos de saber ouvir o outro.

E o que eu estou vendo que está faltando aqui em Belo Horizonte, Deputada, senhoras e senhores que estão aqui nos prestigiando, é uma Prefeitura fechada. A sede da Prefeitura, que fica na Avenida Afonso Pena 1212, é trancada com corrente, e as pessoas entram pelo fundo da Prefeitura, que também é trancada, onde ficam quatro ou cinco guardas municipais. Peço ao Prefeito de Belo Horizonte que ouça isso como uma crítica que mexa com o seu brio e que passe a ouvir a população, porque questões assim não podem acontecer.

Se o CCZ aqui é ruim, vem para cá, vamos pedir ajuda às pessoas. Há gente aqui que quer ajudar, às vezes, com emenda parlamentar, às vezes, com a *expertise*



de quem é do ramo, às vezes, com o Ministério Público intervindo de alguma forma ou a sociedade civil também, através da OAB.

É inadmissível que um poder público constituído, eleito pela população de Belo Horizonte, não ouça a população! Eu não consigo entender isso. Eu sei que esta sessão está sendo gravada e gostaria que isso ficasse gravado, não só nos Anais desta Câmara Municipal, como também nos da Câmara Federal, porque é uma vergonha para Belo Horizonte um servidor público ser convidado para participar de uma audiência dessa importância... Todo mundo aqui está falando que esse CCZ tem problema, e ninguém aqui responde nada! É lamentável!

Era isso que eu queria deixar consignado aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Será registrado, Vereador Joel. Como V.Exa. disse, também está sendo gravado pela *TV Câmara*.

Gostaria de lembrar também que, às vezes, uma pessoa leva o nome de todo um serviço que ela estaria aqui para representar. Lembro também que esta CPI recebeu aqui o Presidente Wellington, da Câmara de Vereadores, que falou também da recente inauguração de um espaço para castração cirúrgica, e estamos recebendo aqui até uma propaganda chamando para fazer isso. Então, com certeza, deve haver serviço bom prestado por pessoas boas também que lá trabalham. E esta CPI terá a oportunidade — não é, Deputado Leonardo Monteiro, Deputado Noraldino? — de fazer essa averiguação, de dar a resposta que a sociedade precisa e, com certeza, de chegar ao Prefeito Marcio Lacerda. Falo isso porque trabalhei também numa Prefeitura como Secretária, então, às vezes, o gestor, que tem uma equipe, tem que saber quem faz parte de sua equipe, porque, às vezes, ele responde por isso e, muitas vezes, ele não está ciente desse lado negativo.

Com a palavra o Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO - Só para reforçar a fala da Deputada Raquel Muniz, o que eu percebo, e estou botando fé nisso, é que esta CPI vai dar uma contribuição muito interessante, até porque é uma Comissão suprapartidária, instituída por Deputados de vários Estados, alguns muito comprometidos com essa causa, como os dois Ricardos, o Ricardo Izar, que é o Presidente da Comissão, e o Ricardo Tripoli, que são dois Deputados que têm uma dedicação na Câmara a essa causa. Inclusive, sou membro da Comissão de Meio



Ambiente junto com o Deputado Ricardo Tripoli. Então, são Deputados que se dedicam a essa causa. Também há vários outros Deputados, inclusive a Deputada Raquel. Mas, como eu percebi aqui, vai ser necessária também a contribuição de todos e todas e de vocês que estão aqui na ponta vivendo o dilema, alguns que já convivem nos CCZ...

Da mesma forma que nós temos experiências ruins, também temos várias experiências exitosas, que estão sendo visitadas. Pode ser pouco, mas muitas estão sendo visitadas, até para divulgar, para pegar subsídio.

Então, eu tenho uma expectativa, com todos os problemas que ainda temos, de que esta CPI vai ter a oportunidade de estimular o debate na sociedade brasileira, sobretudo como nós estamos vendo aqui, inclusive nas outras instâncias, no âmbito das Assembleias Legislativas dos Estados... Quem sabe, depois até continue em algumas Comissões Permanentes. Como nós temos a Comissão Permanente de Saúde, a Comissão Permanente de Meio Ambiente, a de Educação, por que não ter uma Comissão Permanente para tratar da questão dos animais, dos maus-tratos aos animais? Nas Câmaras Municipais...

Então, eu acho que temos que aproveitar esta oportunidade para procurar, como foi dito aqui, ver os problemas e as denúncias que há e também para ver os encaminhamentos exitosos e positivos, para, então, recuperarmos uma questão que é importante para nós. E eu vejo, como foi dito aqui, que a questão não é só dos maus-tratos de animais, mas também, o que é muito sério, é uma questão da convivência dos seres nesse meio ambiente em que nós vivemos. Eu estou tendo a oportunidade de participar, além desta CPI, de duas Comissões muito importantes na Câmara: da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão sobre Mudanças Climáticas. No Congresso, nós temos duas Comissões Mistas: a de Orçamento e a de Mudanças Climáticas. E esta Comissão sobre Mudanças Climáticas do Congresso é permanente, tendo em vista o dilema que nós estamos vivendo do desmatamento, da destruição da Mata Atlântica, inclusive em Minas Gerais, como foi dito aqui, da questão da crise hídrica, da questão da redução dos gases de efeito estufa...

Este ano, nós temos a Copa Sub-21, de que o Brasil vai participar, e precisa participar sendo um sujeito ativo.



Só para encerrar, nós estamos vendo que grande parte dos animais silvestres está vivendo hoje nas cidades, porque não tem mais um hábitat no meio rural. Isso em cidades médias e pequenas. Você vê hoje a pomba-trocal, que era um animal muito difícil de ver na mata de tão arisco que era, convivendo na cidade como um pombo comum, porque foi destruído o seu hábitat. E assim vários outros animais que estão vindo, às vezes, para o meio urbano.

Então, é preciso construir condições mais práticas de convivência entre nós e os animais. É por isso que acho que o debate aqui está muito rico. Vocês estão de parabéns. Eu acho que, cada vez mais, temos de nos aprofundar, buscar encaminhamentos, mudar a legislação, criar novas legislações, ver isso na prática envolvendo as Prefeituras, os Secretários Municipais, os gerentes de CCZ... É um exercício que nós temos que fazer, para melhorar as nossas condições de vida.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Agradecemos ao Deputado Leonardo Monteiro.

Com a palavra o Deputado Estadual Noraldino. Ele é do meu partido, o PSC, e nos dá muita alegria de aumentar o seu trabalho agora na Assembleia Legislativa, pois já atuava como cidadão nessa causa dos animais.

Com a palavra o Deputado Noraldino.

O SR. NORALDINO JÚNIOR - Deputada Presidente desta sessão, Deputada Raquel Muniz, membros da Mesa, plateia presente, inicialmente gostaria aqui de fazer as minhas considerações à Deputada Presidente, que pertence ao nosso partido. E, muito antes das eleições, nós tivemos inúmeras reuniões, e eu pude comprovar o interesse da Deputada na defesa dos animais, o interesse da Deputada Raquel Muniz em projetos, em avaliação de projetos, em estudar meios para que os nossos animais tenham uma condição melhor, e a gente possa mudar essa triste realidade, principalmente no Estado de Minas Gerais.

Quero dizer também da minha alegria quando soube da formação da CPI dos Maus-Tratos de Animais. É um avanço na visão humanitária, um avanço para o Brasil. Eu tenho certeza de que, ao final dos trabalhos, esta Comissão gerará frutos, importantes frutos, para a proteção animal, importantes frutos para os ativistas e para os protetores e principalmente importantes frutos para os animais.



Tive a oportunidade de receber duas ligações, também do Deputado Laudivio Carvalho, que demonstrou a sua preocupação, o seu comprometimento, e nós ficamos felizes. São dois Deputados de Minas Gerais, eu não conhecia o Deputado Laudivio, mas eu já conhecia a Deputada Raquel Muniz e já tinha conhecimento do seu comprometimento com esta causa. E eu que, antes de entrar na vida pública, já abraçava a causa dos animais, como grande parte dos que aqui se encontram. É uma causa pessoal, e, ao ser eleito, pude trazer esta causa para a vida pública. E, graças a Deus, nós temos tido grandes vitórias.

Fui Vereador na cidade de Juiz de Fora, onde tivemos a alegria de aprovar inúmeras leis, de mudar um pouco a visão, e de demonstrar, no que era normal, que houve um avanço. Acabamos com os rodeios, com os animais em circos, aprovamos um projeto de lei para a finalização das carroças, que foi um projeto difícil de ser aprovado, mas em que houve a sensibilidade da Câmara. Só falta agora o Executivo cumpri-lo. Nós estamos cobrando, e ele vai cumprir. Foram aplicadas várias leis, programas de castração, enfim, nós conseguimos mudar a visão. Sozinhos, não. Mas, juntos com os ativistas, juntos com a causa, nós conseguimos fazer essa alteração.

Esta reunião é de extrema importância, principalmente quando nós temos aqui poderes constituídos. E aqui eu quero ressaltar a presença da Dra. Luciana, representando aqui o GEDEF, que é esse Grupo dentro do Ministério Público, pelo qual eu tenho muito respeito, não como Deputado, mas como ativista também, Dra. Luciana.

Muito ao contrário do que alguns dizem, eu acredito que o Ministério Público, por muito tempo, negligenciou a causa animal. É inadmissível a cidade de Belo Horizonte conviver com realidades com as quais convive hoje, sendo que nós tínhamos promotores que tinham leis... Não precisava criar lei, não. Já há lei suficiente. É lógico que nós temos que avançar. Eu acho que este é um papel da CPI: sensibilizar para a necessidade desse aprimoramento legal, mas com leis já existentes, que já eram suficientes para nós colocarmos um fim ao grande sofrimento de animais na cidade de Belo Horizonte.

É inadmissível verificarmos uma realidade como a do Mercado Central! São maus-tratos visíveis! Quem discute que são maus-tratos? Ninguém! É uma vergonha



para o Estado de Minas Gerais nós convivemos com aquela realidade, realidade essa, Deputada Raquel Muniz, que só existe baseada em negligência ou baseada em corrupção e propina dos órgãos de fiscalização. (*Palmas.*) Chegou ao ponto, Deputada Presidente, de um representante do Mercado Central dar uma entrevista, num jornal passado, dizendo que ele é fiscalizado pelo IBAMA, que ele é fiscalizado pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária, que ele é fiscalizado pela Vigilância Sanitária, que ele é fiscalizado pelo IMA, e que está tudo o.k.

Para surpresa de todos nós, Deputado Leonardo Monteiro, na última reunião da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, que a partir deste ano será uma Comissão Permanente, em conversa com o Presidente da Assembleia, o Deputado Adalclever Lopes, que tem dado todo apoio a esta Comissão Extraordinária, nós escutamos do CRMV que este Conselho não tinha nada o que fazer. E hoje estarei entregando um documento à CPI que comprova todas as irregularidades.

Eu acredito, Deputado Leonardo Monteiro, que não vai ser necessária essa visita ao Mercado Central, não. Eu acredito que hoje nós temos autoridades comprometidas com o que é público, comprometidas com a legalidade, que vão finalizar aquilo antes dessa visita. Eu acredito nisso. Eu acredito que uma realidade, que é contrária a todas as normas legais, não pode continuar. E eu não estou falando aqui só a do Mercado Central, não. Existem outras realidades.

Mas, Dra. Luciana, quero que leve essa consideração deste Parlamentar e entenda que essa consideração não é só deste Parlamentar e, sim, dos ativistas do Estado de Minas Gerais.

Ao formalizar esta Comissão Extraordinária, nós tivemos alguns objetivos: primeiro, dentro da função legislativa, elaborar leis para que houvesse mudança na realidade dos animais em Minas Gerais; segundo, sensibilizar os poderes públicos da necessidade de políticas públicas eficazes na proteção animal e no controle populacional, enfim, que tenham eficácia na mudança dessa realidade; e, terceiro, fiscalizar para que as leis sejam cumpridas, o que é muito difícil. Leis, nós temos inúmeras, mas grande parte delas não é cumprida. Aqui, em Belo Horizonte, nós temos inúmeras leis que não são cumpridas.



A proteção animal realizou uma ação aqui na Rua da Bahia, na feirinha, e está continuando com a ação. O que é? Negligência do Poder Público! O Mercado Central vai entregar hoje à CPI — o Ministério Público já os tem — todos os documentos que comprovam a negligência, e isso coloca naquela realidade uma obscuridade. Eu pergunto, Deputada Raquel Muniz: o que mantém o comércio e a venda de animais no Mercado Central, visto que, Deputado Leonardo Monteiro, está tudo irregular?

A Dra. Edna e o Dr. Luciano, que é um grande Promotor que tem demonstrado todo esse empenho na causa animal, para o meio ambiente, estavam presentes e ouviram de um responsável pela vigilância sanitária — ao ser indagado sobre o risco epidemiológico, Vereador Joel, sobre as condições sanitárias daquele estabelecimento — que não é competência da Vigilância Sanitária fazer aquela fiscalização. Para não falar que é absurdo, eu vou falar que é cômico um órgão que seria responsável por averiguar as condições sanitárias dizer que não tem competência. Eu não sei o que o motiva. Eu tenho aqui a convicção, e todos nós a temos, de que ou é negligência ou é corrupção e propina. Não existe outra justificativa, Deputado. Não é só o Mercado Central, mas quando nós falamos na CPI dos Maus-tratos, nós temos maus-tratos dolosos e maus-tratos culposos.

E, dentro dessa culpabilidade aqui, nós fizemos uma denúncia esta semana na delegacia de proteção aos animais, tanto dos proprietários como dos comerciantes das lojas de animais, nós fizemos uma denúncia ao Coordenador da Vigilância Sanitária de maus-tratos, porque nós acreditamos que a negligência em cobrar as ações causam os maus-tratos! Daí nós podemos expandir. Eu digo isso, porque, assim como nós temos aqui promotores exemplares que estão desenvolvendo um excelente trabalho, nós temos também exemplos ao contrário.

Eu estive em Carmo do Cajuru fazendo uma fiscalização e acompanhando uma oitiva de um cidadão que pegou uma cadela que estava prenha. Ele parou a motocicleta — e foi filmado — e despejou vários golpes de paulada em cima desse animal. E, quando ela estava meio desfalecida, ele desceu da moto e chutou esse animal. Quando ela estava totalmente desfalecida, ele a pegou pelo rabo, pelo guidom, levou-a pelo matagal e lá jogou o animal. Foi gravado. E nós queríamos sensibilizar o delegado para a necessidade de o inquérito apontar não só um crime,



porque a cadela sobreviveu. Os golpes foram tão fortes que arrancaram o olho da cadela. Aquele animal sobreviveu, mas os nove filhotes morreram: um nasceu, e não conseguiu sobreviver. E foi assim sucessivamente. E nós não mostramos ao delegado a necessidade de imputar àquele cidadão nove crimes, para que aquilo ali servisse de exemplo. Foi notório, foi claro ao interesse daquele cidadão e a frieza dele em desenvolver aqueles golpes contra aquele animal.

Para a nossa surpresa, o inquérito ainda não... e foi concluído. E na oitiva, foi claro e notório, Promotora Luciana, que o delegado foi parcial. Parecia que o delegado estava defendendo o cidadão — defendendo! Quando eu coloquei para ele, eu falei: *“Olha, não se tem dúvida de que o animal, daquele jeito que estava na foto, estava visivelmente prenhe.”* O delegado — parece que houve uma conversa anterior — pegou: *“Espera aí.”* Eu já havia pedido ao delegado para poder imputar àquele cidadão vários crimes. Ele falou o seguinte: *“Olha, mas espera aí, deixa eu te fazer uma pergunta: você sabia que o animal estava prenhe?”* Ele olhou assim e olhou para o delegado de novo. *“Mas você sabia?”* Aí, ele falou: *“Não, não sabia. Podia estar gorda por isso, aquilo, ou aquilo outro.”*

Enfim, não só esse, mas são vários os relatos que estamos acompanhando de maus-tratos, em que existe negligência por parte das autoridades. E nós iremos acompanhar todos eles para que nós possamos também demonstrar às autoridades que temos a nossa vulnerabilidade e nós temos que fazer a legislação valer. Esses casos têm que servir de exemplo para que possam também conscientizar as pessoas e elas possam saber: *Olha, é bom parar, porque tem limite.”*

Nós tivemos vários casos, tivemos decisões históricas, judiciais históricas brilhantes, Deputada Raquel Muniz. Deputado Laudívio, é um prazer estar aqui. Quero agradecer-lhes pelas ligações. Nós tivemos algumas conversas. Eu pude verificar a sensibilidade do Deputado, com relação à proteção dos animais.

Mas, concluindo, Deputada Raquel Muniz, nós tivemos decisões jurídicas históricas no Brasil baseadas em ações bem feitas, principalmente iniciativas do Ministério Público, que levaram ao Judiciário a dar decisões brilhantes para a causa animal servir de exemplo. Agora, o que é que faz a mesma lei? Nós temos basicamente uma lei só: a Lei nº 9.605 e a nossa Constituição. Mas a peça inicial fez



com que o Judiciário desse uma decisão maravilhosa que demonstrasse mesmo que há necessidade de respeito aos animais.

Então, isso faz parte do trabalho da Comissão também — tenho certeza que faz parte da CPI — nós demonstrarmos que é necessário fazermos mais. É necessário pegarmos exemplos e sensibilizar o Brasil que os maus-tratos têm que finalizar. Responsabilizar indiretamente os irresponsáveis é uma necessidade.

Vejam, em Belo Horizonte nós temos uma política de castração. Hoje já estava marcada uma visita. Fui visitar o CCZ. Nós estamos enxugando gelo. Paralelamente à política de castração, existe um incentivo à criação e à manutenção dessas fábricas clandestinas de animais. Eu já estourei diversas fábricas. Eu entro, e eu assumo a consequência depois. Deputado Laudívio, o que sustenta esse comércio de animais é uma tristeza. Se V.Exa. acompanhar uma denúncia de criação clandestina de animais, porque grande parte, 99% delas são clandestinas, nós vamos verificar maus-tratos constantes acobertados pelo poder público, pela ineficácia do poder público. Aquelas matrizes estão em condições deploráveis. E elas servem para abastecer esse comércio irregular e para contribuir com esse aumento populacional aqui.

E aí? Qual a responsabilidade do poder que deveria fiscalizar? Acho que essa visão, se puder ser levada à CPI é uma visão que vai também atender...

Eu tive experiências maravilhosas, Deputada, nós estamos percorrendo o Estado de São Paulo, estive com o Deputado Feliciano Filho, com o Deputado Tripoli, fui à Bahia, e nós verificamos um número de experiências valiosas, não só fora, nós temos um exemplo aqui, a Carla Sassi é um grande exemplo. Muitos dos ativistas e protetores têm receio do CCZ. Por que têm receio do CCZ? Porque poucos CCZs fazem o que a Carla Sassi faz. A maioria tem na solução a “eutanásia” — entre aspas —, não é eutanásia, é extermínio. Eutanásia, claro, até o funcionário fala: *“É quando o animal não tem recuperação.”* Eu vi no CCZ da Carla diversos animais deficientes, com pernas amputadas, enfim, animais que para grande parte, 90% dos outros CCZs, não teriam solução.

Então, eu quero trazer aqui, Deputado Laudívio, Deputada Raquel, esse agradecimento a esta CPI, e dizer que eu estou à inteira disposição, agradecer esse apoio dos protetores. Nós precisamos dar apoio aos ativistas e protetores, que na



maioria das cidades são descobertos e não têm muito respeito das autoridades. São tidos como chatos, são tidos como implicantes essas pessoas que dedicam grande parte da sua vida para a causa animal sem receber um centavo.

Resumindo, eu quero entregar a essa Comissão, Deputada Raquel Muniz, um relatório técnico relacionado a três denúncias pedindo a inclusão, como eu já fiz, já enviei para o gabinete, mas queria fazê-lo formal aqui. O primeiro é esse relatório técnico do Mercado Central, demonstrando as irregularidades. E eu tenho certeza de que se a CPI dos Maus-Tratos finalizar sem o fechamento do Mercado Central, não vejo solução. Se a CPI dos Maus Tratos finalizar sem o fechamento do comércio de animais, que é claro é notório os maus-tratos lá, fica muito difícil.

Então, eu quero pedir esse empenho. Aqui também está a denúncia da Reitora da Universidade Federal de Viçosa e também dos responsáveis por aqueles experimentos, com as argumentações legais, também relacionadas às capivaras da cidade de Belo Horizonte. Então eu lhe entrego...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Eu pediria só para aguardar porque eu gostaria que você entregasse para o nosso Presidente Laudivio, após fazer o encerramento.

O SR. NORALDINO JÚNIOR - Finalizando, eu agradeço, Deputada Raquel Muniz, Deputado Laudivio, esse comprometimento, mais uma vez, a todos protetores, em especial ao Ministério Público. Eu confio no trabalho de vocês e tenho visto o grande comprometimento que esse órgão tem tido com a causa animal.

Muito obrigado. Parabéns a todos vocês pelo trabalho! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Agradecemos ao nosso Deputado Estadual Noraldino, e quero dizer do orgulho dele pertencer ao quadros do nosso querido partido, o PSC. Lembro a todos que estão participando que ele vai estar nesta importante CPI, junto com a atriz Luisa Mell, e vocês vão ter a sua representação aqui.

Então, o que não for possível falar aqui hoje, que seja encaminhado para o nosso Deputado, que, com certeza, é o verdadeiro representante de vocês na Assembleia de Minas nessa causa animal.



Antes de passar os trabalhos para o Presidente Laudivio, quero agradecer pela oportunidade de presidir os trabalhos aqui em Belo Horizonte, que é a base dele também, meu conterrâneo lá no norte de Minas, e dizer da alegria de ter presidido essa importante sessão.

No primeiro ano de mandato, esta é a minha terceira CPI. Estive na CPI da Máfia das Órteses e Próteses, e demos uma contribuição importante para o Brasil apontando as falhas no Sistema de Saúde, fazendo averiguações junto com a Polícia Federal, prendendo aquelas pessoas que desviam nosso dinheiro da saúde.

Estive com o Laudivio também na CPI do Sistema Carcerário, apontando também as nossas dificuldades, mas as potencialidades também do Brasil no sistema carcerário, e tenho a oportunidade de estar aqui com vocês hoje.

Quero agradecer muito a presença de cada um de vocês. Esse trabalho continua, estaremos aqui novamente. O Deputado Laudivio vai falar para vocês dos trabalhos desta Comissão, da possibilidade de continuidade de prorrogar a Comissão, já que é um assunto hoje em pauta, de comoção nacional.

Eu quero agradecer a cada um de vocês a participação.

Passo a Presidência ao Deputado Laudivio Carvalho, hoje Presidente da nossa CPI, que presidiu os trabalhos no início da manhã, fez a abertura do nosso evento. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Primeiramente, quero pedir desculpas pela saída. Eu tive que dar uma entrevista à *Rádio Itatiaia*. Fui falar do nosso relatório, o das armas, que será votado amanhã na Câmara Federal e, evidentemente, toquei no assunto do seminário que acontece aqui.

Agradeço a presença de cada um dos senhores. Agradeço à minha amiga, companheira, conterrânea, criada comigo em Morrinhos, bairro de Montes Claros, Deputada Raquel Muniz, que tem realizado um belíssimo trabalho na Câmara dos Deputados, representando as mulheres de maneira altamente positiva. Digo mais, ela é uma mestra na arte de conduzir as coisas, quando fala em nome das mulheres brasileiras. Parabéns, Deputada Raquel. Muito obrigado por aceitar o nosso convite para presidir a CPI na nossa ausência.

Agradeço ao Deputado Noraldino Júnior, um parceiro novo, companheiro que surgiu recentemente em nossa caminhada como Deputado Federal. Eu tenho



acompanhado os seus trabalhos através da imprensa e fiz questão de me aproximar dele, porque ele segue a mesma linha que eu, a de combater os maus-tratos aos animais.

Vou repetir o que eu disse um pouco mais cedo. Eu não posso considerar animal objeto. Ele tem que ser considerado um ser vivo. E eu disse mais: que ele tem sentimentos. Ele demonstra alegria, tristeza, dor. Ele tem uma vantagem que nós não temos, ele não fala. Ele não usa palavras, mas usa gestos e olhares, que indicam muita coisa. E o Deputado Noraldino tem feito um combate aos maus-tratos de animais no Estado de Minas Gerais todos os dias, todas as horas.

Deputado, o Mercado Central de Belo Horizonte não é uma luta só de V.Exa., mas também minha. O Mercado Central de Belo Horizonte é uma referência em nossa cidade. Aqueles que não conhecem a nossa Capital têm que, obrigatoriamente, passar pelo nosso mercado, para conhecer as iguarias mineiras, para conhecer o jeito mineiro de abraçar. Mas ali dentro há o problema dos animais, problema que sempre me incomodou.

Durante 35 anos fazendo rádio em Itatiaia, eu nunca falei dessa minha luta pelos animais. Eu achava que não devia retratar isso para o meu ouvinte ou para o telespectador, uma vez que era algo pessoal, algo meu, que eu fazia durante as madrugadas. Eu recolhia animais feridos e maltratados. Meu filho, que hoje está com 27 anos, desde os 12 anos, sai de casa comigo para fazer esse trabalho. Eu nunca dei publicidade a isso, mas sempre encaminhei esses animais, esse seres, que eram encontrados por mim, a um amigo veterinário, que me apresentou outro amigo, que possui um sítio, para onde ele leva esses animais, depois que eles recebem todos os tratamentos devidos. Ali, as destinações são feitas de maneira muito responsável. Não fazemos nada que não seja dentro da legalidade.

Então, quero parabenizar o Deputado Noraldino Júnior pelo seu trabalho e dizer que a sua luta é a minha e a do Mercado Central é nossa. *(Palmas.)* Esta CPI não encerrará os seus trabalhos sem atender a um requerimento que está na Câmara dos Deputados. O requerimento da vistoria do Mercado Central é meu, partiu de mim, e foi assinado pela Deputada Raquel Muniz e pelo Deputado Leonardo Monteiro. O meu requerimento foi assinado por todos os Deputados que estavam presentes naquela sessão da CPI. Não houve um sequer que disse que ia



pensar ou que não ia assinar. Portanto, o Mercado Central de Belo Horizonte, em data não divulgada antecipadamente, será, sim, vistoriado pela CPI dos Maus-tratos de Animais. (*Palmas.*)

Não vamos desanimar, nobre Deputado Noraldino Júnior, com as críticas feitas ao seu trabalho e ao meu nesse aspecto. As críticas que existem são de pessoas que têm qualquer ligação, menos com a causa positiva dos animais. Então, não vamos desanimar, Deputado Noraldino! Essa luta não é sua. Essa luta é nossa. Ela pode resultar em qualquer coisa, como também pode resultar em nada, mas que vamos lutar para combater os maus-tratos vamos. E vamos sair daqui com a certeza de que animal não é objeto, é ser vivo. Eu disse isso hoje pela manhã, Deputado.

Em muitas casas, em muitos lares, em muitas famílias, um pequeno animal é, na maioria das vezes, a companhia que temos. Na minha casa, recentemente, perdi um *poodle* de 17 anos, que era o meu xodó. Quando eu me deitava, ele subia na cama, mesmo já doente, e me beijava. Na verdade, eram beijos. Foi uma perda muito grande para mim. Ele faleceu com 17 anos. Temos outra, com 16 anos, que era a companheira dele. Ela é tão velhinha quanto ele. E temos um gatinho de 1 ano e meio, que estava perdido na rua e foi adotado pelo meu filho. Dizem que gato não demonstra sentimento, mas demonstra, sim. Ele fica na porta me esperando. Aí eu o pego no colo e ele faz a mesma coisa que o meu cachorrinho fazia, ele me beija também.

Eu quero dizer aos senhores que, para mim, esses são seres que têm o dom do amor. Eles nada pedem. Eles dão. Mais do que isso, não pedem a nenhum de nós para avaliar alguém no contrato de aluguel de uma casa. Muitas vezes, perde-se uma amizade de 30 ou 40 anos, porque alguém quer um favor desse tipo e se diz: *“Não posso. Estou com o nome no SPC.”* A pessoa vira seu inimigo. Os animais não viram inimigos. Eles só querem dar carinho. Então, Deputado Noraldino, não vamos desistir, não!

As críticas vão existir, mas nós podemos deitar todas as noites dos nossos dias com a consciência tranquila de que estamos fazendo o melhor sem medo de errar. Parabéns pelo trabalho que V.Exa. faz.



Parabéns também à Deputada Raquel, que vai levar essa discussão para Montes Claros e para outras cidades. Eu e a Deputada Raquel estamos nos preparando para levar essa discussão para Sete Lagoas, perto de Belo Horizonte.

Nós já pedimos a prorrogação do prazo da CPI, e o Deputado Eduardo Cunha, Presidente da Câmara, ao que tudo indica, pode prorrogá-lo para o ano que vem, a fim de que possamos lutar mais ainda.

Deputado Noraldino, parabéns. E obrigado por fazer parte de um grupo tão distinto.

Quero agradecer ao Ministério Público, ao Judiciário, às organizações não governamentais e a todos vocês que estão aqui.

Deputado, V.Exa. quer me fazer uma entrega oficial? *(Pausa.)*

(Procede-se à entrega de relatório. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Concedo a palavra à Dra. Luciana Imaculada de Paula, Promotora de Justiça e Coordenadora do Grupo Especial de Defesa da Fauna do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, que foi citada na fala do Deputado Noraldino.

A SRA. LUCIANA IMACULADA DE PAULA - Eu gostaria de agradecer ao Deputado Laudivio Carvalho por esta oportunidade. Quero pontuar a respeito de um ponto da fala do Deputado Noraldino — esse ponto me incomodou um pouco —, e não posso deixar de trazer mais alguns fatos.

O senhor disse que o Ministério Público foi negligente em relação à defesa da fauna. Eu gostaria de colocar, com a tranquilidade de uma pessoa que atua na defesa da fauna, independentemente de ser Promotora, que negligência não faz parte do Ministério Público. O Ministério Público é muito exigente — é o contrário — com o cumprimento das normas, mas, como em outras instituições, o crescimento da defesa da fauna dentro do Ministério Público acontece simultaneamente ao crescimento dessa questão na sociedade. O Ministério Público não é órgão de fiscalização, o Ministério Público não tem órgão para fiscalizar. Ele trabalha com os efeitos, com os fatos que chegam à Promotoria de Justiça.

Eu tenho 12 anos como Promotora que atua exclusivamente na defesa do meio ambiente. Já atuei como Coordenadora Regional de Promotoria por Bacia Hidrográfica. Agora, estou há 4 anos no GEDEF. Eu tenho a percepção de que a



própria sociedade não cobrava a defesa da fauna. Eram fatos que chegavam esporadicamente à Promotoria. Eram fatos que não existiam para a Promotoria de Justiça. Não posso falar a respeito de caso específico nenhum, a não ser daqueles em que eu atuo na minha Comarca, que é Formiga.

Com relação a esses fatos, eu posso dizer ao senhor que é absolutamente frustrante. O senhor citou, por duas ou três vezes, a Lei nº 9.605, de 1998, a Lei de Crimes Ambientais, com a qual eu trabalho todos os dias. Eu a conheço praticamente de cor. É uma lei totalmente frustrante, principalmente na defesa dos animais.

O senhor citou o caso chocante de um animal que foi espancado. Eu digo ao senhor que esse é um caso que acontece praticamente toda semana na minha Promotoria. Em 8 anos como Promotora na Comarca de Formiga, eu não consegui nenhuma condenação — nenhuma condenação! —, porque os crimes prescrevem. As penas são muito pequenas.

Então, eu digo ao senhor hoje que maus-tratos aos animais são nada no mundo jurídico. Essa lei não serve ao aparato que deveria servir. Eu digo ao senhor que me esforço para haver acordo na audiência preliminar. É a possibilidade que eu tenho de o infrator receber alguma pena, porque, se o processo for adiante, eu tenho quase certeza de que essa pessoa não vai ser condenada. Se tiver um advogado razoável, ela vai ser absolvida ou vai conseguir a prescrição.

Eu tenho um agora lá, uma expectativa. O senhor falou de canil. Justamente era um canil de animais para caça. É o melhor caso que eu já tive até hoje na Promotoria em termos de documentos, tudo. Eram mais de 30 animais utilizados para caça, para procriação, e eram treinados com duas capivaras, aliás, duas pacas, que a pessoa tinha ali para fazer treinamento. Inclusive há um vídeo na OLX. Quem quiser ver, está lá o treinamento e a venda dos animais. Esse deve ser o segundo caso de que eu devo entrar com uma denúncia criminal.

O primeiro, que ultrapassou todos os benefícios que a lei tem, foi o caso de um cidadão que amarrou o seu cãozinho com sarna na carroceria da sua caminhonete e o arrastou até a morte. Foi um caso de que eu tinha testemunhas. As pessoas não gostam de testemunhar — elas não gostam. A testemunha desmaiou



quando viu o estado do cachorro. Ele não foi condenado. Não foi condenado! O crime prescreveu.

Esta é uma Comissão para apurar maus-tratos. Acho que a maior contribuição que esta Comissão pode dar é melhorar as leis ambientais. Nós não temos como trabalhar com essas leis.

Na fala inicial, eu mencionei que essas leis, inclusive a própria Constituição, são leis “especistas”. Elas só beneficiam alguns tipos de animais. Chegam à Promotoria denúncias de maus-tratos a cachorro, a gato e a cavalo. Eu nunca vi ninguém reclamar a respeito de maus-tratos, por exemplo, a animais que são mortos para a alimentação das pessoas, que são os animais que mais sofrem nesse mundo. *(Palmas.)* Não sou eu que estou dizendo isso. A própria Organização Mundial da Saúde, a própria ONU já reconheceu que os animais que mais sofrem maus-tratos são os destinados à produção de alimentos. Ninguém fala nisso.

Então, nós precisamos crescer. Nós precisamos nos aprimorar. O que o senhor disse eu tomo como um conselho de aprimoramento. O Ministério Público quer se aprimorar. O Ministério Público se aprimora constantemente. A prova disso é a sensibilidade do Procurador-Geral de Justiça de criar um grupo como o GEDEF, que tem tudo para virar uma coordenadoria estadual, como outros órgãos. Mas, Deputado, com todo o respeito, eu não posso admitir a pecha de negligente, até porque dependemos também da atuação de outros órgãos do Executivo. Eu já citei aqui como o Legislativo pode nos apoiar na atuação da defesa da fauna. O Executivo também, por vezes, não cumpre o seu papel. Nós ouvimos isso aqui de outros Municípios.

No meu Município, hoje nós temos um órgão que se chama CODEVIDA — Centro de Defesa da Vida Animal. Essa é uma legislação muito bem feita da administração anterior, de um prefeito que tinha uma sensibilidade muito grande para a questão ambiental. Ele criou o órgão e o colocou em funcionamento. Hoje, se o Ministério Público não encaminhar recurso para as ONGs, os animais não têm o que comer. Eles não têm ração para comer, porque a Prefeitura não prioriza isso. Então, o órgão funciona a partir de doações que o Ministério Público faz para as entidades protetoras: APAF — Associação Protetora dos Animais de Formiga e ARPA II — Associação Regional de Proteção Ambiental, que custeia as castrações.



Eu tenho um documento assinado, um termo de ajustamento de conduta em execução, sem andamento no Judiciário. Então, temos outros fatores também que nos impedem de apresentar à sociedade aqueles resultados que gostaríamos de ter, inclusive com relação a rodeios.

Vamos pesquisar a jurisprudência hoje. Qual é a jurisprudência hoje no TJMG? Maus-tratos? Nenhuma. Não vai achar uma, porque o crime nem chega lá. Rodeios? Quase que nenhuma. Não conseguimos sequer passar da liminar.

Então, mais que em qualquer outra área — eu já tenho um histórico grande de atuação na defesa do meio ambiente —, na defesa da fauna, nós temos que trabalhar a educação ambiental. Nós trabalhamos a educação ambiental dentro do Ministério Público. O senhor nos deu a honra de participar do segundo seminário de defesa da fauna do Ministério Público. Nós precisamos trabalhar junto ao Judiciário, nós precisamos trabalhar junto à sociedade, para que as pessoas deixem de ver, como o Deputado Laudivio Carvalho mencionou, os animais como objetos.

Os animais são seres sencientes. Está aí a Declaração de Cambridge. Outras entidades também já mencionaram isso. Os animais não são objetos. Mas, infelizmente, hoje essa é a visão do poder público. Nós temos que trabalhar. São muito grandes a nossa responsabilidade e o nosso desafio de trabalhar nessa questão da promoção dos conceitos mais adiantados, mais avançados, com relação à proteção animal.

Muito obrigada, Deputado, pela oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Doutora, antes de devolver a palavra ao Deputado Noraldino Júnior, eu devo fazer-lhe alguns esclarecimentos. Na nossa CPI, já discutimos a questão dos animais que são criados especificamente para abate. Já fizemos ali essa discussão, que fará parte do nosso relatório final na CPI.

Concordamos plenamente com tudo o que a senhora disse, porque, em um país onde o homicídio qualificado dá de 12 a 30 anos de prisão e, em média, o camarada é condenado a 20 anos, cumpre 4 anos e vai para a rua, nós temos que entender que, dificilmente, os nossos animais serão respeitados. Então, temos que mudar essa cultura, a cultura de que os animais não têm valor. Eles têm todo o valor para nós, sim.



Eu quero fazer uma proposta à senhora. Já falei aqui nesse meio tempo com a Deputada Raquel. Vamos criar uma comissão de autoridades ligadas ao setor, para nós entendermos o que falta nas leis para punir com rigor, com severidade, para que nós possamos levar, a Deputada Raquel Muniz, eu e outros Parlamentares, para aquela Casa projetos de lei para tornar crime, e crime pesado neste País... Um animal não pode ser maltratado, não pode ser mutilado, não pode ser assassinado ou, muitas vezes, até mesmo executado, e nada acontecer com quem pratica esses atos. Isso tem que virar crime, e virar crime pesado.

Eu peço à senhora, Dra. Luciana, que nos ajude a reunir esse grupo de notáveis — vamos colocar como notáveis —, que são aqueles diretamente envolvidos, e aí eu estou pedindo que sejam autoridades, para dizer: *“Olha, isso aqui funciona, isso aqui não funciona. Eu sou Promotora de Justiça e Coordenadora do Grupo Especial de Defesa, e nunca condenei ninguém por causa disso”*. E a senhora vai trazer a sua experiência. Vamos transformar isso em projeto de lei, projeto de lei que será apresentado pela Deputada Raquel e por mim na Câmara dos Deputados.

Vamos criar mecanismos para que a Câmara Federal possa se debruçar a respeito desse assunto e nós possamos transformar isso, então, em lei, para punir aquele que, em tese, ou pelo menos no meu entendimento, deveria estar atrás das grades. *(Palmas.)*

A SRA. LUCIANA IMACULADA DE PAULA - Deputado, essa iniciativa é excelente. Nós temos grupos de defesa da fauna e de defesa do meio ambiente, grupos de Promotores. Eu repassarei de imediato essa demanda do senhor aos Promotores que atuam diretamente na fauna em outros Estados. Eu vou citar aqui a Dra. Vânia Tuglio, o Dr. Heron Santana, da Bahia. São todos Promotores envolvidos na defesa da fauna. Creio que eles podem dar uma excelente contribuição a essa proposta que o senhor nos apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Eu quero, então, dizer aos senhores que, até o final do nosso mandato, o mandato da Deputada Raquel Muniz e o do Deputado Laudivio Carvalho, queremos apresentar à Câmara Federal esse projeto de lei e colocá-lo para ser votado. É um compromisso nosso. Depende da senhora, doutora, nos ajudar na coordenação.



Aliás, peço licença, a senhora está eleita como a nossa coordenadora, então. Pode ser? Aceite, por favor? *(Pausa.)* Então, já criamos aqui um grupo, começando com a Dra. Luciana Imaculada de Paula. *(Palmas.)*

Passo a palavra ao Deputado Noraldino, porque o nosso tempo já está começando a ficar escasso e nós precisamos ainda passar algumas perguntas.

O SR. NORALDINO JÚNIOR - Sr. Presidente, eu queria passar direto à Dra. Luciana, pedir desculpa pela forma como eu a tratei, até porque, Dra. Luciana, a forma como coloquei a questão demonstra uma insatisfação, antes de estar Deputado, em relação à falta de apoio que nós tivemos, como protetores, do Ministério Público, principalmente nessa ação do Mercado Central. Eu, enquanto Vereador, fiz diversas solicitações. Nesse caso, não foi o Ministério Público. Desculpe-me o termo o referido promotor. Eu quis dizer da grandeza do Ministério Público hoje e do comprometimento que eu tenho visto não só na sua coordenação. Diversos promotores — todos dos que nós batemos na porta, Presidente — atenderam-nos de pronto, fazendo com que a nossa equipe, a nossa assessoria, pudesse se mobilizar, verificando as lacunas legais.

Eu estou mandando, como me comprometi com o Dr. Luciano Badini, todos os projetos de leis que estão em tramitação na Assembleia Legislativa, para que o Ministério Público possa avaliá-los e sugerir as alterações, para que não haja brecha depois. Então, pode ter certeza — eu me expressei mal — de que eu não quis dizer que havia negligência. Eu quis dizer que nós não fomos atendidos como a proteção animal tem sido atendida. E não sou eu quem falo, não. Todos nós aqui reconhecemos a grandeza e o comprometimento que o Ministério Público, através desses promotores, está tendo hoje. Entenda como um pedido de desculpa, principalmente pelo trato de boa convivência que nós temos hoje. Tenho certeza de que isso vai permanecer. Então, leve este agradecimento.

Quando eu disse das leis existentes, estava vendo a proteção animal, os ativistas. Ontem, eu estava no culto de manhã, e, ao final do culto, Deputado Laudívio, nós vimos uma cadela passar ao lado da igreja. E eu fui atrás da cadela para ver por que ela estava mancando. Quando eu fui ver, ela estava com a pata de trás decepada, um pedaço da pata decepado. Isso foi proposital! Quando eu fui resgatá-la para levá-la ao veterinário, levei várias mordidas aqui. Isso foi feito por



alguma pessoa. E nós já fizemos o levantamento de quem seria. Estamos trabalhando junto com a Polícia Civil lá.

Por eu ser Deputado, é difícil uma pessoa não me atender. Antes, como cidadão, era difícil, então eu tentei isso por diversas vezes. Fazendo coro a esse grande movimento contra os maus-tratos e também contra o comércio e a venda de animais no Mercado Central, eu tive uma grande decepção. Hoje, tenho uma grande alegria em trabalhar junto com os senhores.

Então, peço desculpa pela forma como o tratei. Não é dessa forma. Às vezes, Presidente, eu posso ter me expressado de forma errada. Pelo contrário, eu quero expressar alegria pela grandeza dos senhores, pelo trabalho que os senhores têm feito em prol dos animais de Minas Gerais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Muito bem.

A SRA. ADRIANA CRISTINA ARAÚJO - Eu posso só complementar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Rapidamente, para darmos prosseguimento às perguntas que serão feitas.

A SRA. ADRIANA CRISTINA ARAÚJO - Com relação a esse levantamento, para coirmos os maus-tratos, já tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 236, de 2012, que visa a alterar o novo Código Penal. Ineditamente, nós conseguimos incluir nele cinco ou seis artigos que visam a aumentar as penalidades. Então, para não empenharmos esforços paralelamente, que eles sejam convergentes, que todos nós possamos analisá-los, porque com certeza queremos participar dessa construção.

Esta Comissão, formada agora — agradecemos muito a iniciativa —, pode intervir para que esses artigos possam ser considerados, porque, é claro, sabemos que a bancada ruralista e o agronegócio já estão se empenhando, de forma muito articulada, como sempre, para derrubá-los.

Então, trata-se do Projeto de Lei nº 236, de 2012, que tramita no Congresso Nacional e visa a aumentar as penas no novo Código Penal brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Muito bem. Apenas complementando a sua fala, devo esclarecer que o nosso compromisso, o compromisso da CPI, é entender o momento que estamos vivendo no Brasil,



entender como as coisas estão sendo conduzidas. E eu sou testemunha do esforço do Ministério Público no combate a esse tipo de crime, que infelizmente tem penas tão brandas, tão leves, ou muitas vezes nem pena tem.

Então, vamos nos debruçar sobre tudo isso, inclusive sobre o que V.Sa. disse, sobre o que já existe lá em Brasília, para nós podermos oferecer às organizações não governamentais, àqueles que sofrem com os maus-tratos aos animais, para nós pressionarmos este País. O Brasil tem que ser o País do respeito.

O Paulo Sérgio, que é o nosso Secretário, está me lembrando aqui que nós discutimos recentemente a questão do Rio Grande do Norte, onde um promotor de justiça fez um churrasco com jumento. Isso foi divulgado nacionalmente. Há vídeo e tudo o mais. Ele está sendo chamado para se explicar. Ele tem que se explicar, ele tem que ir àquela CPI para se explicar. Então aqui nós não passamos a mão na cabeça de ninguém, não.

Houve outros casos. Estamos estudando, inclusive, o caso dos camelos, dos dromedários do Rio Grande do Norte. Essa demanda nos chegou. Estão sendo bem tratados? Aquele clima é apropriado? Como é aquilo?

Esta nossa CPI é muito ampla. Quero que os senhores tenham certeza de que ela é composta por homens e mulheres muito sérios. Nós estamos justamente trazendo para Minas aquilo que estamos colocando lá em Brasília, a nossa preocupação. Vamos lutar!

Deputado Noraldino, esta bandeira é nossa, de todos nós que estamos aqui dentro. Se há alguém do outro lado, que lute com as armas que tem e que explique ao povo depois. A nossa bandeira é única: é evitar os maus-tratos, é criminalizá-los. Eu passei a minha vida inteira dizendo que lugar de bandido é na cadeia. Quem maltrata um animal, para mim, tem que estar na cadeia; não tem que estar na rua, não; tem que estar na cadeia.

A SRA. LUCIANA IMACULADA DE PAULA - Deputado, quero só dar uma palavra a respeito desta questão de quem maltrata animal. A Deputada Raquel disse que, por muitas vezes, ela observou que os infratores maltratavam os animais até para atingir uma pessoa da família, uma esposa.

Existe uma teoria chamada Teoria do Link. Ela foi descrita pela primeira vez por Phil Arkow. Ele diz que nós temos que colocar as pessoas que maltratam os



animais em estado de alerta. Elas têm que gerar um estado de alerta. Essa pessoa é um potencial agressor de outros grupos vulneráveis. Então não deveria terminar por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Até de crianças, não é, doutora?

A SRA. LUCIANA IMACULADA DE PAULA - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Quem faz isso com animal vai fazer isso com uma criança.

A SRA. LUCIANA IMACULADA DE PAULA - Provavelmente ele vai maltratar crianças, idosos, mulheres, outros grupos vulneráveis. Estudos, inclusive do FBI, demonstram que o *serial killer* e os psicopatas iniciam as suas maldades através dos animais. Então, quando nós falamos de proteção animal, nós não podemos deixar de pensar em proteção das pessoas. Essas pessoas, em algum momento da vida, vão também agredir outros grupos vulneráveis. Então, é muito pertinente a colocação do senhor.

A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - Aproveitando a oportunidade que o nosso Presidente nós dá aqui, eu quero lembrar que às vezes é preciso criminalizar duplamente os maus-tratos ao animal para atingir também a pessoa. Isso é um duplo crime.

A SRA. EDNA CARDOZO DIAS - Eu gostaria de, por uma questão de ordem, porque foi falado aqui das penas e de uma evolução conjunta de todo o poder público, dizer que existem realmente alguns casos que têm muita resistência. Quando a Lei de Crimes Ambientais foi aprovada, logo, logo apareceram duas emendas para autorizar as brigas de galo e os rodeios. Por várias décadas havia que mandar pareceres para que essas alterações não fossem constituir depois emendas à lei. A briga de galo hoje já tem uma súmula do Supremo Tribunal Federal, mas a questão do rodeio continua um grande problema.

Quero chamar a atenção aqui para dois projetos de lei que aumentam as penas, porque já se vê que isso é necessário: um, do Deputado Ricardo Tripoli, que aumenta a pena só para casos de cão e gato; e também nós temos o Estatuto dos Animais, do Senador Marcelo Crivella, que vai tratar desse assunto das penas. Nós acreditamos que esta é a hora.



Quando veio a Lei de Crimes Ambientais, por uma ação civil pública, era praxe o Ministério Público usar e abusar da ação penal e da ação civil pública. Nós já tínhamos uma jurisprudência desfavorável. Isso é que foi cada vez aumentando e demonstrando que não era o momento de se ajuizarem ações. Isso foi o que veio a enfraquecer a ação do Ministério Público, um órgão que tinha suas imunidades e suas atribuições e que nunca ficou silente, como nunca deixou de atender nenhuma representação, pelo menos aqueles que eu acompanhei desde o princípio em Minas Gerais. Mas havia uma jurisprudência contrária. Depois, passou-se a fazer então o inquérito civil, um acordo dentro do inquérito civil dando maior flexibilidade para negociação e mediação.

De forma que esta CPI vai dar grande força não só aos ativistas, mas também ao Ministério Público e vai promover uma evolução nas sentenças do Judiciário.

E aqui, para terminar, eu gostaria de completar um esclarecimento que eu não fiz em relação a bem e coisa, quando eu falei na necessidade de se alterar o Código Civil. Qual é a vantagem dos animais não serem considerados coisa? É porque coisa tem sempre um valor econômico, já o bem pode ter um valor não econômico. Existem muitos bens que não têm valor econômico. De outro lado, bens especialmente protegidos já são, por si só, protegidos de abuso.

Então, nós queremos cada vez mais que leis especiais protejam os animais. É chegada realmente a hora de se aceitar uma pena maior, lembrando que nós viemos da contravenção para o crime de menor potencial e, agora, então, no Direito Penal, é chegada a hora de se aumentar as penas.

Muito obrigada pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Dra. Edna, apenas para fazer o registro, nós já recebemos em audiência pública, lá em Brasília, na nossa CPI, o Coronel Rogério de Oliveira Xavier, Comandante do Policiamento Ambiental de São Paulo; o Sr. Eduardo Augusto Seixas, Presidente da Associação dos Criadores de Raças Combatentes de São Paulo — nós estamos falando de rinhas —; Edson Estevam Méscua, Presidente da Associação Nacional dos Criadores e Preservação de Aves de Raças Combatentes; Paulo Roberto Pontello, eletricitário, criador e representante do Exército Brasileiro.



Nós já fizemos essa discussão lá. E há uma nova discussão prevista com relação aos rodeios, não é isso? No dia 10 de novembro, nós vamos discutir a questão dos rodeios lá na nossa CPI.

Existem algumas perguntas dos participantes.

Sr. Franklin Soares de Oliveira, ambientalista, faça a sua pergunta, por favor.

O SR. FRANKLIN SOARES DE OLIVEIRA - Na verdade, não é uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Por favor, utilize o microfone, Sr. Franklin, porque o registro aqui é oficial. *(Pausa.)*

O SR. FRANKLIN SOARES DE OLIVEIRA - Eu queria dar boa tarde a todos, inicialmente, agradecendo a instalação desta CPI que, para mim, é um marco. Meu nome é Franklin Oliveira. Eu sou militante da causa há 35 anos. Já me antecede nesta luta — eu poderia falar que eu seria o mais antigo ativista em defesa da fauna aqui em Belo Horizonte, em Minas — a minha colega Dra. Edna Cardozo.

Eu quero cumprimentar o Deputado Laudívio Carvalho — várias vezes eu já fui a Rádio *Itatiaia* dar entrevistas no *Itatiaia Patrulha* para falar dos maus-tratos aos animais, dos crimes contra os animais.

Quero cumprimentar a Deputada Raquel Muniz por esse engajamento; o Deputado Noraldino Júnior, a quem eu acompanho desde quando era Vereador; o Vereador representante aqui da Câmara Municipal e os demais membros que compõem a Mesa.

Inicialmente, eu queria falar dessa angústia exposta aqui pela Dra. Luciana, a quem — eu queria deixar registrado — eu admiro muito por sua luta e dedicação pela causa dos animais.

Doutora, como o Deputado Noraldino, que falou da decepção dele com relação ao Ministério Público, é com relação a alguns membros do Ministério Público. Aqui em Belo Horizonte, por exemplo, nós temos uma representante do Ministério Público, uma promotora de defesa da fauna, coordenadora do Grupo Especial de Defesa da Fauna, que me disse na visita ao MP que é assídua frequentadora do Mercado Central de Belo Horizonte. Ela poderia ser uma assídua frequentadora do Mercado Central de Belo Horizonte, mas que tivesse o mínimo de sensibilidade pelo sofrimento daqueles animais. Também não têm sensibilidade



alguns juízes, desembargadores, policiais de altas patentes, funcionários públicos que frequentam aquele espaço, assim como jornalistas, formadores de opinião pública, escritores e outras pessoas que também vão lá comer um tira-gosto e tomar uma pinguinha. Não há problema nenhum nisso, se essas pessoas tivessem o mínimo de sensibilidade para falar do sofrimento daqueles animais.

Há 35 anos eu milito na causa, eu luto contra aquilo. Quando entrávamos no Mercado Central, na década de 80, com o IBDF, com a Polícia Florestal, encontrávamos cachorro agonizando em lata de lixo. Hoje, não existe isso. Hoje, é tudo escondido. Eles agonizam lá no fundo, infelizmente.

Mas existem essas autoridades que frequentam o Mercado Central que não tomam nenhuma, nenhuma providência para sanar o sofrimento desses animais. Eu acho que é por isso que nenhuma das ações que nós tentamos contra o Mercado Central foi adiante. E foram várias vezes, várias vezes. Eu já tive a oportunidade de chegar com a Polícia Ambiental à delegacia, ao fórum, ao Juizado Especial Criminal, e o juiz sair de uma audiência, bater nas minhas costas e falar: *“Vocês da sociedade protetora dos animais deveriam cuidar das crianças e dos velhos!”* Ele foi lá bateu nas minhas costas e falou: *“Esses animais que estão aí na viatura estão bem mais tratados do que os meus”*. E eu, ainda jovem, na década de 80, saí do fórum, em lágrimas, chorando.

Então, senhores, eu até postei isto recentemente. Houve audiência, na quinta-feira passada, promovida na Assembleia pelo Deputado Noraldino — foi quinta mesmo? —, e no dia após a audiência pública o Mercado Central de Belo Horizonte promoveu uma festa. Para quem? Para os jornalistas da cidade. Estiveram lá jornalistas de toda a cidade que foram comemorar uma festa para os jornalistas. A troco de que isso? Aí, ficou essa indignação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Conclua, por favor.

O SR. FRANKLIN SOARES DE OLIVEIRA - Por que não se acabou com esse sofrimento no Mercado Central até hoje? Porque existe uma cortina de ferro que envolve essas pessoas todas que eu listei para os senhores.

Eu vou voltar ainda a uma questão, porque militamos há muitos anos, que acontece aqui em Belo Horizonte, que é a questão dos cavalos. Foi aprovada, em 2011, a Lei nº 10.119, de 2011, e, até hoje, pasmem, ela não foi regulamentada. Foi



também encaminhada ao Executivo Municipal uma proposição de lei para regular o comércio de animais aqui na Capital, não só no Mercado Central, mas em toda a cidade, que está engavetada lá na Secretaria do Governo.

Então, senhores, fica aqui a minha indignação. Existem várias coisas acontecendo aqui na nossa Capital: o Centro de Controle de Zoonoses, a questão dos cavalos, o comércio de animais.

Eu deixo nas mãos dos senhores aí que levem essa tocha adiante. Há 3 anos o seu filho, Deputado Laudívio, procurou-me, junto com a Matilde, para conseguir adoção para uma cadelinha que ele havia socorrido. O senhor deve se lembrar disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - E como me lembro!

O SR. FRANKLIN SOARES DE OLIVEIRA - E fizemos uma ação conjunta para conseguir um lar para ela.

Eu quero deixar registrado isso, a minha admiração, o meu agradecimento aos senhores que estão levando ao Congresso Nacional essa difícil tarefa, porque os senhores vão ter lá uma bancada ruralista, cruel, que tem recursos. Os senhores estão comprando uma briga muito grande. Contem conosco! Vamos estar juntos com os senhores para andarmos nessa batalha.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Muito obrigado ao Sr. Franklin.

Vamos ouvir o Sr. Vítor Corleone Moreira, que é policial e ambientalista, também.

Eu vou pedir para respeitem os 5 minutos, porque já estamos avançando, para concluirmos os nossos trabalhos.

O SR. VÍTOR CORLEONE MOREIRA - Boa tarde a todos. Peço licença aos ilustres membros da Mesa — vou ser bem breve no que eu tenho a dizer — para dizer que, na verdade, a quem eu gostaria de fazer perguntas não tem coragem suficiente para me enfrentar frente a frente.

O que ocorre? Eu exerço a minha função de policial. Sou especialista em meio ambiente de trânsito. Com mérito, eu estudei muito para isso. Eu procurei me



aprofundar, porque eu amo os animais. E eu gosto muito de tratar de assuntos de mobilidade urbana.

Nós temos vivido, Deputados, uma invasão de animais silvestres nas grandes cidades, e isso vem de quê? Do nosso próprio comércio, da expansão horizontal das metrópoles. Infelizmente, as matas que circundam a região metropolitana estão sendo devastadas para construção de condomínios. Antigamente, quando eu ia daqui a Sete Lagoas, só havia mata ao redor; hoje, há condomínios que são próximos a Sete Lagoas. Essa expansão horizontal de residências urbanas traz este problema da invasão dos animais. Se eles não têm casa, eles vão invadir a cidade. Eles querem comida, eles querem ninho, eles querem local para sobreviver. É esse o problema da invasão de animais.

Inclusive, o problema do superaquecimento da metrópole vem também da impermeabilização do solo e de construções maciças de edifícios. E não há uma preocupação em se manter aquela estrutura verde que antigamente circulava em torno da cidade.

Mas ativo ao interesse desta causa, que é a CPI, eu gostaria de dizer, Deputado, que já se encontra em mãos do Ministério Público — a representante não está aqui presente — uma denúncia em que, de 2011 para cá, eu fiz um levantamento chocante sobre os 8 mil cavalos existentes em Belo Horizonte. Cinco mil — e eu provo isso, eu tenho as provas — são oriundos de furtos e roubos no interior do Estado. Tenho este material todo em mãos. Isso se encontra no Ministério Público. Foi, muito felizmente, entregue pelo nosso ilustre Deputado Noraldino. Eu tenho as provas disso.

E aí a Prefeitura cita uma dificuldade de regulamentação de lei extintiva das carroças. Não há dificuldade alguma. Se se extinguir, hoje, as carroças em Belo Horizonte, podem deixar todos os cavalos em minha porta, porque eu já tenho 3 mil adotantes no interior, cadastrados e registrados. Eu fiz contato com cada um deles.

Porém, a minha pergunta vai ficar vaga, infelizmente, porque quem deveria responder não está aqui. Eu gostaria que a Sra. Maria do Carmo me respondesse onde foram parar os 500 mil reais de 3 mil cavalos que eu apreendi, sendo que a Zoonoses é um poder de polícia administrativa municipal, não está elencada no art. 144 da Constituição. Se eu que sou policial militar, estou elencado lá e não posso



restituir um animal apreendido, somente o delegado de polícia ou o juiz... Por que a Zoonoses devolveu esses animais e onde foram parar esses 500 mil reais?

Desta denúncia, Deputados, eu cheguei aos autores de furtos de equinos. Um deles, pasmem, é o dono da maior imobiliária de Belo Horizonte. Um dos sítios dele, no Casa Branca, vale 20 milhões. E eu levantei isso — eu não investiguei, porque isso é trabalho de polícia civil. Eu levantei dentro do meu trabalho de policial militar e na função que eu exerço de ambientalista. Este trabalho se encontra no Ministério Público. Só que, até agora, eu não fui ouvido. Eu quero que alguém me ouça. Eu estou acusando a Maria do Carmo de omissão de cautela na guarda e condução de animais, de extravio de animais, de usurpação de poder público. E eu gostaria de perguntar: Maria do Carmo, onde está você? Aqui está quem a acusa; e, você, onde está?

Muito obrigado a todos. *(Palmas. Muito bem!)*

A SRA. GIOVANA FRAGA - Nossa, eu amo este homem! *(Riso.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Há uma última pergunta. O Sr. Gegê Angelim, advogado, faz uma pergunta ao Deputado Estadual Noraldino Júnior. Ele diz que: *“Precisamos urgentemente repassar esforços para o fim da comercialização dos animais no Mercado Central”*. E pergunta ao Deputado: *“Os senhores já estiveram lá durante a madrugada?” “Os senhores já estiveram, durante a madrugada, no Mercado Central?”* É a pergunta do Gegê Angelim, advogado.

O SR. NORALDINO JÚNIOR - Sr. Presidente, desculpe, eu não entendi a pergunta. Eu já fui ao Mercado Central diversas vezes. Mas, de madrugada, o mercado está fechado.

Eu, inclusive, só para colocar, já fui lá duas vezes. Eu tenho as filmagens aqui, às 5h30min. Eu filmei. É uma imagem aterrorizante.

O SR. JOEL MOREIRA FILHO - Deputado, ele não quer saber se a gente sabe o que acontece lá de madrugada? Será que não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Ou talvez querendo saber se há entrada e saída de animais antes de o mercado começar a funcionar. Estou imaginando que possa ser isso também.

A pessoa está aí? Esta pessoa, Gegê Angelim, está aí?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Então, se ele está no corredor, Deputado...

O SR. NORALDINO JÚNIOR - Deputado, só 2 minutos aqui. Eu acredito que o Joel acertou. Nós temos inúmeras denúncias sobre o que ocorre na madrugada, lá. Então, a gente pode não colocar os denunciadores, para preservá-los; mas eu posso encaminhar para a CPI as informações que nós temos do que acontece lá, na madrugada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Eu quero, inclusive, agradecer ao Deputado Noraldino Júnior. E solicito, Deputado, que tudo o que V.Exa. tiver de material, além do que já nos foi entregue aqui... V.Exa., como Deputado Estadual, Presidente de uma Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, na Assembleia Legislativa — eu fiz o convite junto com a Deputada Raquel —, estará participando conosco desta CPI nacional. Então, V.Exa. já é parte integrante desta nossa luta em nível nacional. Todo o material que V.Exa. tiver, por favor.

Eu quero agradecer a todos os senhores que aqui estiveram conosco, desde as 9 horas da manhã. Quero dizer que o nosso objetivo era único: trazer a discussão para esta Casa, que é a Casa do povo. O cidadão não mora no Brasil, não mora no Estado de Minas Gerais. Ele mora na sua cidade. E Belo Horizonte é a capital dos mineiros. Então, nós tivemos que trazer esta discussão também, Deputado, para a Câmara Municipal.

Eu quero agradecer imensamente a todos os que aqui estiveram: às autoridades presentes; àqueles ligados às organizações não governamentais; àqueles que lutam pela causa dos animais de maneira individual, de maneira solitária, muitas vezes; à Deputada Raquel Muniz, que é companheira de primeira hora, que é brava lutadora nesta causa também; e agradeço ao Deputado Leonardo, que teve que se ausentar.

Enfim, quero dizer do nosso compromisso em continuar a trabalhar em Brasília em favor dos animais. Nós queremos combater o crime de todas as formas e de todas as maneiras. E quero dizer da alegria em tê-los recebido aqui. Faremos outros encontros no Estado de Minas Gerais: Montes Claros, Sete Lagoas — já estamos providenciando —, para que esta discussão seja um pouco mais ampla.



Quero agradecer à equipe que veio de Brasília nos acompanhando, que é a equipe da CPI, a equipe que nos acompanha por todo o Estado de Minas Gerais; agradeço em nome do Paulo Sérgio, carinhosamente conosco, chamado de Paulinho. Alguns o chamam de Paulão, mas nós o chamamos de Paulinho, carinhosamente. Muitos dos senhores, durante muitos anos, ligados ao rádio, às sete horas da noite, ouviam dizendo o seguinte: “*Em Brasília, 19 horas. No ar, a Voz do Brasil*”. Era ele. Então, todos nós ouvimos o Paulinho ao longo dos anos. Deixou o microfone da *Voz do Brasil* e nos acompanha, dando voz à CPI que combate os maus-tratos aos animais. Paulinho, obrigado a você! (*palmas*), e obrigado à equipe que nos acompanhou.

Agradeço à Deputada Raquel Muniz; agradeço aos Deputados Estaduais Noraldino Júnior e Leonardo — que se ausentou —; ao Vereador Joel Moreira Filho, que abraça esta causa e que caminha conosco na Câmara Municipal; ao Presidente da Câmara, Wellington Magalhães, que também esteve presente. Obrigado a todos!

Nada mais havendo a tratar, agradecendo a todos pela presença, vou encerrar o presente seminário.

Está encerrada a reunião.

A SRA. ADRIANA CRISTINA ARAÚJO - Deputado Laudívio, permita-me 1 segundo. Sobre o orçamento público, eu esperei todos falarem, mas nada foi dito. É importante destinar, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual, no PPAG, recursos públicos. Isso é fundamental para que muito do que foi tratado aqui seja exequível.